

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE HISTÓRIA

GIOVANNA SILVA NASCIMENTO

POVOS INDÍGENAS E DITADURA MILITAR NO MARANHÃO: relatos de
experiências Canela Memortumré sobre a atuação da FUNAI e SPI

São Luís

2024

GIOVANNA SILVA NASCIMENTO

POVOS INDÍGENAS E DITADURA MILITAR NO MARANHÃO: relatos de experiências
Canela Memortumré sobre a atuação da FUNAI e SPI

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao
Curso de História da Universidade Estadual do
Maranhão para o grau de licenciatura em
História.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Milena Galdez
Ferreira

São Luís

2024

Nascimento, Giovanna Silva.

Povos indígenas e ditadura militar no Maranhão: relatos de experiências
Canela Memortumré sobre a atuação da FUNAI e SPI / Giovanna Silva
Nascimento. – São Luís, 2024.

--- f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do
Maranhão, 2024.

Orientadora: Prof^a. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira.

1. Política Indigenista. 2. Canela Memortumré. 3. Ditadura Militar. I. Título.

CDU 94(81)“1964/1985”(=87)

Elaborada por Rosiene Santos - CRB 13/837

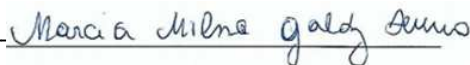
POVOS INDÍGENAS E DITADURA MILITAR NO MARANHÃO: relatos de
experiências Canela Memortumré sobre a atuação da FUNAI e SPI

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao
Curso de História da Universidade Estadual do
Maranhão para o grau de licenciatura em
História.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Milena Galdez
Ferreira

Aprovado em: 01/04/2024.


BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Marcia Milena Galdez (UEMA)
Doutora em História Social
Orientadora



Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat (UEMA)
Doutor em História
Examinador

 Documento assinado digitalmente
SORAIA SALES DORNELLES
Data: 19/04/2024 18:34:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Soraia Sales Dornelles (UFMA)
Doutora em História
Examinadora

AGRADECIMENTOS

A aspiração de tornar-me professora de História, o interesse em aprofundar meus estudos sobre a História Indígena e a vontade de desenvolver uma monografia voltada para os povos indígenas durante a Ditadura Militar surgiram durante o meu Ensino Médio. Nesse contexto, não posso deixar de expressar minha imensa gratidão por ter tido a extraordinária oportunidade de ser aluna de Marinelma Meireles, minha professora de História que ainda chamo de "tia Mari". Até os dias atuais, ela permanece como fonte constante de admiração e inspiração, representando o modelo de profissional que almejo ser dentro da sala de aula.

Na mesma perspectiva, expresso minha profunda gratidão por todo o zelo, paciência e empatia que recebi nos últimos meses da minha professora e orientadora Marcia Milena, figura essencial para a concretização deste trabalho. Atuando como docente na disciplina de História dos povos indígenas no Brasil e nas Américas, a professora Milena foi a confirmação de que este era o caminho que eu desejava seguir em minha pesquisa. Agradeço por cada orientação, pelo tempo dedicado e por todo o suporte oferecido ao longo da pesquisa de campo.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos professores Isaac Bernart e Soraia Dornelles, membros da Banca Examinadora, por dedicarem seu tempo e expertise à avaliação do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Suas sugestões e questionamentos foram fundamentais para o aprimoramento deste trabalho. Agradeço sinceramente por suas contribuições, que não apenas enriqueceram o conteúdo da monografia, mas também ampliaram minha compreensão sobre o tema.

Agradeço à minha família que sempre acreditou em mim: minha mãe, que chorou ao ler a carta de mérito científico emitida pelo CNPq; meu padrasto, que sempre teve o cuidado de comprar almoços durante os meus plantões de pesquisa, sempre perguntando como estava o andamento; e meu padrinho, pela animação com o trabalho. São três pessoas que sempre deram o seu melhor por mim. A felicidade em tê-los na minha vida é impossível de descrever em palavras.

Ao meu companheiro, Lucas, que pacientemente escutou minhas discussões sobre o relatório Figueiredo ao longo de quase cinco anos, gentilmente me presenteou com a maioria dos livros utilizados nesta pesquisa e permaneceu ao meu lado durante todos os momentos tanto felizes quanto desafiadores desta jornada. Sua presença foi uma das maiores fontes de apoio para o início e a conclusão deste trabalho.

Nos últimos dois anos do curso, que foram realizados de forma presencial, enfrentei a necessidade de me afastar da minha cidade e da minha família. Em meio à saudade intensa que sentia de Barreirinhas, contei com o apoio e a presença de amigos que fiz ao longo dessa jornada acadêmica. Agradeço imensamente aos meus colegas de grupo desde o início da faculdade, Giovanna Mendes, Sarah Noemi e Sidson. Nas aulas presenciais, tive a sorte de contar com mais duas pessoas especiais que se tornaram minhas companhias na volta para casa, seja nas aulas matutinas, nas cadeiras do turno noturno ou nas disciplinas de férias, Welliton e Leandro. Agradeço profundamente por toda a parceria, conselhos sobre transporte público e pela companhia de vocês ao longo desses anos. Welliton, por toda a colaboração que recebi para a produção desta pesquisa, sempre disponível para tirar qualquer dúvida, apontando pontos que deveriam ser corrigidos, e oferecendo sugestões para o desenvolvimento do trabalho. Feliz em ter ao meu lado pessoas que tanto admiro.

A minha família Canela merece meu sincero agradecimento por todo o acolhimento proporcionado durante os dias em que estive em campo. Agradeço especialmente à minha inxe pelo carinho constante, ao meu inxu pela assistência durante as entrevistas, pelas palavras Canela compartilhadas e por todo o afeto dispensado. Destaco também meu keti José Carlos, que, apesar de inicialmente ser designado como meu inxu, acolheu-me como uma verdadeira neta. Semanalmente, ele se comunica para saber sobre meu bem-estar, minha saúde e para compartilhar fotos dos familiares que ganhei na Aldeia. Agradeço profundamente por essa ligação afetiva e apoio contínuo. Ao Jailson Canela, por ter sido o meu contato com a Aldeia, pela família que escolheu para mim e por toda a ajuda oferecida para o trabalho de campo.

Aos três entrevistados que compartilharam as suas histórias para a minha pesquisa. Mirandinho, Satú e Francisquinho, abriram as portas das suas casas para receber uma kupen, dividindo as suas histórias de luta e as suas preocupações como Mehin. Obrigada por todo o tempo disponibilizado, pelos sorrisos e por dividirem os seus anos de luta.

À força extraordinária que me manteve erguida até aqui, em que cada desafio, por mais árduo que parecesse, sempre me inspirou a acreditar que, no final, tudo se resolveria positivamente.

“A nossa vida é resumida em luta e medo. Tenho 73 anos e tenho medo de morrer, medo pela insegurança do mundo que vou deixar para meus netos e os filhos dos meus netos. Tudo o que estamos discutindo aqui se resume a uma briga pela terra. É uma luta porque o branco não se contenta até tomar tudo o que o índio possui. Já nos tiraram até o que não possuíamos, mas nossa terra, isso ninguém nos tira.”

Satú Canela

RESUMO

O enfrentamento da problemática indígena no Brasil remonta à Primeira República, sendo regulamentado por disposições constitucionais. Entretanto, verifica-se uma lacuna significativa no respaldo legal a essas questões. A responsabilidade estatal sobre as "nações" indígenas, embora formalmente reconhecida, carece de clareza tanto na prática quanto na legislação vigente, resultando em um estatuto indígena desatualizado e permeado por contradições. O denominado "milagre brasileiro", período de rápido desenvolvimento econômico e expansão das frentes desenvolvimentistas, intensificou a militarização das questões indígenas, especialmente em territórios como a Amazônia. No Maranhão, movimento messiânico de 1963 entre os indígenas Canela Memortumré, influenciado pela desilusão com o SPI, destaca uma história complexa de relações entre agências tutelares, indígenas e sertanistas. A chegada de projetos desenvolvimentistas, como o Programa Grande Carajás, lança luz sobre as experiências desses indígenas, oferecendo informações importantes sobre a atuação do SPI e da FUNAI durante a Ditadura Militar no Maranhão. A História Oral, ao incorporar essas vozes e perspectivas, enriquece a compreensão dos impactos desses eventos nas aldeias indígenas e nas políticas indigenistas do período.

PALAVRAS-CHAVE: Política Indigenista; Canela Memortumré; Ditadura Militar.

ABSTRACT

Tackling indigenous issues in Brazil dates back to the First Republic, being regulated by constitutional provisions. However, there is a significant gap in legal support for these issues. State responsibility over indigenous "nations", although formally recognized, lacks clarity both in practice and in current legislation, resulting in an indigenous statute that is outdated and permeated by contradictions. The so-called "Brazilian miracle", a period of rapid economic development and expansion of developmental fronts, intensified the militarization of indigenous issues, especially in territories such as the Amazon. In Maranhão, the 1963 messianic movement among the Canela Memortumré indigenous people, influenced by disillusionment with the SPI, highlights a complex history of relationships between tutelary agencies, indigenous people and sertanistas. The arrival of developmental projects, such as the Grande Carajás Program, sheds light on the experiences of these indigenous people, offering important information about the actions of the SPI and FUNAI during the Military Dictatorship in Maranhão. Oral History, by incorporating these voices and perspectives, enriches the understanding of the impacts of these events on indigenous villages and indigenous policies of the period.

KEYWORDS: Indigenous Policy; Canela Memortumré; Military Dictatorship.

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

AI-5 - Ato Institucional nº 5

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Seca

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GRIN - Guarda Rural Indígena

ISA - Instituto Socioambiental

MA - Maranhão

PGC - Programa Grande Carajás

PFC- Projeto Ferro-Carajás

SIL - Summer Institute of Linguistics

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

TI - Terra Indígena

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 SOB A SOMBRA DA DITADURA: O CONTEXTO DAS POLÍTICAS INDIGENISTAS NO BRASIL REPÚBLICA	24
3 RESISTÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA: O MOVIMENTO MESSIÂNICO E EXPERIÊNCIAS DOS CANELA MEMORTUMRÉ NOS ANOS 60	38
3.1 As implicações da atuação do SPI nas terras Canela Memortumré.....	38
3.2 Messianismo e poder tutelar: do exílio à demarcação de terras.....	42
4 TRAJETÓRIA DOS CANELA MEMORTUMRÉ NAS DÉCADAS DE 70 E 80: VIVÊNCIAS E IMPACTOS DOS PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS.....	54
4.1 Transformações sociais e institucionais: Os Canela no contexto pós-exílio e a inserção da FUNAI no Maranhão	54
4.2 Reconfiguração socioeconômica e cultural: Impactos no modo de vida Canela com o convênio CVRD-FUNAI	58
5 CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

Os Canela, denominação pelo qual ficaram conhecidos dois grandes grupos Timbira: Os Ramkokamekrá, que se autodenominam como Memortumré e os Apanyekrá, são compostos por cinco nações remanescentes dos Kapiekran, pertencentes ao tronco linguístico macro-jê. Estão concentrados no centro do estado do Maranhão, ocupando em maior área os municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão. Até a década de 1940, os Memortumré viviam de forma mais afastada comparados com os Apanyekrá, sem contato com a sociedade nacional. Alguns anos depois, a situação inverteu-se. Após cem anos de relativa paz e contato limitado com sertanejos, em 1938, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) passou a se impor enviando agentes para morar em locais próximos à aldeia Memortumré, tornando esse grupo alvo de políticas de assimilação, gerando uma mudança cultural a partir do enfraquecimento das lideranças locais e tradições culturais. A liderança por classe de idade,¹ que era essencial para a garantia da realização anual do trabalho nas roças, passou a ser inoperante após o contato com esses agentes, contribuindo de forma significativa para a perda da auto-suficiência da produção agrícola, problema presente até os dias atuais.

Portanto, a presença do SPI teve um impacto significativo na vida diária, na organização, nos rituais e na estrutura política do povo Canela, em grande parte devido à imposição de um sistema hierárquico subordinado ao poder central. Esse panorama nos oferece um resumo conciso dos eventos que marcaram o contato recente com os Memortumré no Maranhão, alguns dos quais são explorados nesta pesquisa, à medida que estão intrinsecamente ligados aos acontecimentos do período abordado. Como o título sugere, o foco desta pesquisa recai sobre a atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e de sua sucessora, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), nos territórios da etnia Canela no Maranhão durante a Ditadura Militar brasileira, que se estendeu de 1964 a 1985.

Considerado uma figura heróica e associado a uma importância simbólica semelhante à de Aukhê², o falecimento de Marechal Cândido Rondon, fundador do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1958, gerou entre os indígenas Canela uma sensação de desencanto em relação às atividades do órgão. Em busca de melhorias econômicas, movimentos de caráter sócio-religioso, inspirados em valores míticos intrínsecos ao chamado

¹ O exercício de funções de liderança, anteriormente reservado às autoridades tradicionais, agora se estende também aos jovens que tenham frequentado a escola e demonstrem proficiência na expressão da língua portuguesa. Esse fenômeno resultou na diminuição da influência de muitas autoridades tradicionais mais velhas.

² Uma criança gerada de maneira enigmática por uma indígena pertencente a um grupo timbira, conforme narrativas que contam a origem e os primeiros encontros com os não indígenas (“brancos”).

"messianismo Canela", começaram a ganhar força, culminando no notável "movimento messiânico Canela de 1963" (Oliveira, 2017).

Como represália ao movimento, no dia 7 de julho de 1963, um grupo de pistoleiros contratados por fazendeiros invadiram a Aldeia Velha. Na ação, o grupo queimou várias casas e assassinou um indígena. Os ataques prosseguiram nos dias seguintes, com tiroteios que resultaram em muitos feridos e mais quatro indígenas mortos. Após o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ser informado dos eventos, dois agentes locais foram enviados, em companhia do prefeito da localidade de Barra do Corda, para proceder com a transferência dos Canela de seu território. Isso ocorreu por meio de uma jornada a pé em direção às proximidades de Barra do Corda, aproximadamente 80 quilômetros de distância da região do conflito. Nesse ponto, os indígenas foram realocados para um espaço seguro denominado Aldeia Sardinha, situado no território dos Tenetehara.

Conforme Oliveira (2006), nos eventos decorrentes do "movimento messiânico Canela de 1963", a atuação do SPI apresentou ambiguidades. Inicialmente, os agentes do órgão não pareciam ter reconhecido a emergência desse movimento social e religioso, seja por falta de compreensão ou pela incapacidade de avaliar adequadamente sua relevância. A intervenção eficaz do SPI ocorreu somente após os primeiros ataques às aldeias Canela, promovidos por fazendeiros locais, quando os conflitos já estavam em andamento de maneira previsível. Após os conflitos, houve uma rápida transferência desse grupo indígena de seu território de origem para Barra do Corda, atravessando uma área de cerrado. Eles foram realocados em uma região florestal habitada pelos indígenas Tenetehara, onde os Canela permaneceram em uma espécie de "exílio" por cerca de seis anos, considerado pelos Canela como um longo período.

Em junho de 1964, logo após o golpe de Estado contra o governo de João Goulart, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) também foi subjugado pelas mãos dos militares. Na época, o governo Castelo Branco não possuía um conhecimento preciso sobre o número de indígenas existentes no país, e a situação do órgão era extremamente caótica, conforme descrito pelos próprios dirigentes em documentos oficiais. Com a ascensão de Costa e Silva ao poder, em 1967, uma série de Inquéritos Policiais Militares (IPM) foram instaurados em diversos setores da administração federal, incluindo o SPI. O general Albuquerque Lima, nomeado como novo Ministro do Ministério do Interior, tinha um claro interesse em

promover uma "limpeza moral" no Estado brasileiro, começando pelo SPI, uma instituição já marcada por desorganização e corrupção.³

Foi nesse contexto que surgiu o Relatório Figueiredo, um documento resultante de uma série de investigações lideradas pelo procurador de Estado Jáder de Figueiredo Correia. Apesar de relatar a ocorrência de graves crimes contra os povos indígenas, o relatório, que possui cerca de 7.000 páginas, não apresenta uma organização cronológica. (Cruz, 2018, p.8)

Apesar de sua falta de organização cronológica, o relatório revela uma série de atrocidades, incluindo tortura, abuso sexual, massacres e apropriação ilegal de terras cometidos contra povos indígenas em todas as regiões do Brasil. Diante dos resultados da investigação expostos no Relatório e da evidente crise institucional, o SPI foi dissolvido e substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

No contexto da instituição da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), durante o período da Ditadura Militar, observou-se uma notável intensificação do processo de colonização em regiões habitadas por povos indígenas. Esta aceleração, muitas vezes direcionada à exploração de recursos naturais, tais como madeira e minerais, foi acompanhada pela implementação de projetos de infraestrutura, como a construção de estradas, e pela expansão da fronteira agrícola. Essas atividades frequentemente culminaram na invasão de terras indígenas, gerando conflitos e acarretando impactos adversos substanciais sobre as aldeias envolvidas.

Depois de esboçar um breve contexto sobre a origem das organizações encarregadas de proteger os povos indígenas, torna-se essencial compreender o envolvimento dessas entidades nas terras indígenas do Maranhão durante a Ditadura Militar, especialmente no que se refere às transformações na maneira de vida dos Canela Memortumré. Neste cenário, o objetivo deste estudo é examinar a atuação das agências governamentais nas terras habitadas pelos Canela Memortumré durante o período ditatorial. Para atingir esse fim, iremos explorar as lembranças compartilhadas por esse grupo étnico em relação aos acontecimentos históricos ocorridos nessa época.

Desse modo, a presente pesquisa busca compreender como se deu a intervenção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) durante os momentos de tensão entre os Canela e os agentes da frente pastoril, ocorridos no início da década de 60. Além disso, intenta investigar a abordagem adotada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) durante a implementação do

³ Rubens Valente descreve o cenário do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) durante os primeiros anos do regime militar em seu livro *"Os Fuzis e as Flechas: História de Sangue e Resistência Indígena na Ditadura"*, detalhando as transformações implementadas pelos militares.

programa Grande Carajás, que teve início na década de 80. O conhecimento dessas informações desempenha um papel fundamental na avaliação dos impactos que influenciaram a trajetória histórica desse grupo étnico, contribuindo para o reconhecimento de eventuais abusos cometidos por agentes governamentais.

Para abordar o tópico proposto, as narrativas orais se apresentam como o material de análise mais adequado para essa pesquisa, pois são fontes passíveis de serem provocadas/produzidas de forma mais adequada para atender aos objetivos delineados. Em geral, existe uma escassez de fontes que abordem os aspectos históricos, geográficos e culturais específicos abrangidos por este estudo. Além disso, o desejo de examinar as experiências dos Canela durante o período da Ditadura Militar demanda a inclusão de relatos produzidos pelo próprio povo a respeito desse período, o que conta com uma disponibilidade ainda mais limitada de fontes para pesquisa.

Assim, a intenção de amplificar as narrativas históricas dos próprios participantes deste estudo, documentando suas vivências, em conjunto com a análise do período militar de maneira abrangente, emergiram como fatores cruciais que motivaram a criação de novas fontes de informações para esta pesquisa. Para concretizar esse propósito, o estudo se concentrou na coleta e avaliação das memórias de três indivíduos pertencentes ao grupo étnico em questão, que atualmente residem na Aldeia Escalvado. Essas pessoas serão apresentadas inicialmente, permitindo que se compreenda a identidade por trás das vozes que compartilham suas memórias para esse trabalho monográfico.

Um dos entrevistados é Francisquinho Tep-Hot Canela, nascido em 1939, Francisquinho foi um dos integrantes do grupo de jovens que perseguiu e confrontou os pistoleiros no primeiro dia do ataque, e a pessoa também responsável por levar a denúncia por escrito até Olímpio Cruz, no posto indígena Capitão Uirá, permanecendo na cidade de Barra do Corda até o final do conflito.

Figura 1- Francisquinho Tep-Hot em frente a sua casa, onde foi realizada a entrevista.



Fonte: Acervo Pessoal

Reverenciado pela Aldeia Canela como uma biblioteca viva e detentora do conhecimento dos seus ancestrais, Francisquinho é um dos principais líderes e membro do *Pro-kham-mã*, o conjunto de conselheiros anciões da aldeia, sendo um grande cantador e pesquisador do seu povo⁴, possuindo um profundo envolvimento em projetos que têm como objetivo fortalecer a cultura e promover a educação na aldeia Escalvado. Aos 84 anos de idade, Francisquinho testemunhou as transformações na administração do SPI devido à interferência da política partidária na direção da instituição, o surgimento do movimento messiânico, o período de exílio e a transferência da administração do SPI para a FUNAI.

Constantemente engajado em eventos e conferências relacionados à defesa da cultura indígena, Francisquinho Tep-Hot é uma figura de destaque entre o seu povo, sendo uma referência significativa para os Canela no estado do Maranhão. Sua contribuição é evidente em numerosos trabalhos acadêmicos realizados em todo o país. O relato do seu Francisquinho foi colhido na manhã do dia 26 de agosto de 2023 em sua residência na aldeia Escalvado, tendo a entrevista se estendido por 52 minutos.

Mirandinho Minikro Canela, o segundo entrevistado, residente na Aldeia Escalvado, é uma figura de destaque, amplamente reconhecida e respeitada pelos membros de sua aldeia, devido à sua notável habilidade como caçador e à sua excelência como corredor de tora, conseguindo carregar até 180 kg em seus rituais. No entanto, ao contrário de Francisquinho, Mirandinho não teve as mesmas oportunidades para concluir sua educação formal, frequentando a escola somente nos primeiros anos do ensino fundamental. Ele compartilha com Francisquinho a experiência de ter sido um dos jovens que seguiram as pistas dos pistoleiros até o Brejo da Raposa, onde se refugiaram após o assassinato de Chico Rumão, um indígena que residia no povoado agrícola Curicaca, situado no território dos Canela. Esse evento trágico tem grande relevância para compreender o contexto e as tensões enfrentadas pelo povo Canela durante o período em questão.

⁴ Distinto como personalidade do saber popular no ano de 2015, agraciado pelo prêmio FAPEMA, Francisquinho ostenta uma notável contribuição em projetos de pesquisa que abordam a cultura Canela Memortumré, desempenhando também o papel de tradutor de sua língua nativa. Sua trajetória no âmbito da pesquisa teve início por meio dos diários de campo compilados por William Crocker, onde atuou como um dos assistentes de pesquisa para o antropólogo.

Figura 2 - Mirandinho Canela aproveitando um momento de descanso com seu neto



Fonte: Acervo pessoal

Aos 82 anos de vida, Mirandinho Canela carrega consigo uma riqueza de recordações ligadas ao período do SPI, ao desafiador período de exílio na aldeia Sardinha e às transformações na política indigenista que ocorreram ao longo dos anos. Ele recorda com nostalgia a época da década de 50, quando a mobilidade entre cidades era mais simples, sem a pesada burocracia e as exigências documentais presentes nos dias atuais. Mirandinho compartilhou suas experiências na tarde do dia 26 de agosto de 2023, escolhendo realizar a entrevista após o almoço, em frente à sua casa. A presente troca de informações se estendeu por uma 1 hora e 40 minutos.

O terceiro depoente, Satú Canela, se destaca da maioria dos indígenas da aldeia devido ao fato de ter apenas um nome em sua língua materna, sem a adoção de um nome em português, uma escolha feita por sua família que reflete suas tradições culturais e linguísticas. Quando tinha 14 anos, ele foi enviado para o Rio de Janeiro, o que o separou da aldeia durante os ataques e eventos traumáticos que ocorreram. Sua família o impediu de retornar ao Maranhão, e, durante esse período, ele acompanhou os acontecimentos à distância enquanto trabalhava no Museu do Índio no Rio de Janeiro. A perspectiva única de Satú Canela, tendo vivido essas experiências à distância, acrescenta uma camada adicional de compreensão sobre os acontecimentos e as relações entre os indígenas Canela e as autoridades durante aquele período conturbado.

Reconhecido por seu papel crucial na defesa dos direitos indígenas, Satú desempenhou um extenso período de trabalho no Museu do Índio. Nos primeiros anos da Ditadura Militar, ele integrou o quartel da aeronáutica e, posteriormente, iniciou seu trabalho na FUNAI após ser aprovado no concurso realizado no início dos anos 80, em Brasília. Sua

vasta experiência tanto na FUNAI quanto em outros setores do serviço público contribui para a postura crítica adotada por Satú ao longo de toda a entrevista.

Figura 3 - Satú Canela no quintal da sua casa



Fonte: Acervo pessoal

O propósito central desta pesquisa é estabelecer conexões entre os depoimentos desses três indivíduos, Mirandinho Minikro Canela, Francisquinho Tep-Hot Canela e Satú Canela, bem como compará-los com a escassa documentação existente sobre os Memortumré no Maranhão durante o período da Ditadura Militar. Dessa forma, busca-se resgatar informações e elaborar uma visão abrangente e contextualizada sobre esse recorte temporal, étnico e espacial. A pesquisa visa compreender em profundidade a atuação dos órgãos estatais encarregados de proteger os direitos fundamentais dos povos indígenas no Maranhão durante o período da Ditadura Militar, com foco nas experiências e perspectivas dos próprios indígenas, destacando suas vozes e contribuições para o entendimento desse importante período da história brasileira.

As entrevistas com os três participantes foram conduzidas como parte da pesquisa de campo, que foi realizada na Aldeia Escalvado, pertencente à Terra Indígena (TI) Canela, atualmente situada no município de Fernando Falcão, Maranhão. A autorização para a realização da pesquisa foi obtida mediante a apresentação da proposta de estudo ao Cacique da Aldeia Escalvado. Após uma avaliação favorável, o procedimento de adoção da pesquisadora por uma família da Aldeia foi realizado, um método comum em casos de pesquisas dentro do território Canela.⁵ Esse processo demonstra o comprometimento da

⁵ A admissão de uma pessoa de fora é oficializada com o ritual de batismo, marcado pela atribuição de um nome indígena à pessoa e pela sua apresentação ao conselho da aldeia, realizado no centro do pátio. A integração na estrutura social mehin/indígena, efetivada por meio do batismo, confere ao visitante ou amigo a prerrogativa de acessar livremente a residência familiar e a aldeia. No entanto, essa condição implica na obrigação do indivíduo de oferecer bens, representados por presentes que abrangem desde alimentos e itens

pesquisa com a ética, o respeito às tradições culturais e a cooperação dos povos indígenas, estabelecendo uma base sólida para a condução do trabalho de campo e da realização de entrevistas com a metodologia da História Oral.

Figura 4 - Registros realizados na Aldeia Escalvado



Fonte: Acervo pessoal

A receptividade favorável por parte dos Canela à presença de pesquisadores pode ser atribuída à extensa história de interações que a etnia mantém com a pesquisa. Como um dos pioneiros na elaboração de um trabalho etnográfico sobre esse grupo indígena, Curt Nimuendajú realizou aproximadamente seis visitas aos Canela entre 1928 e 1936, antecipando-se aos primeiros contatos estabelecidos pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). William Crocker, por sua vez, deu início ao seu trabalho junto aos Canela Memortumré em 1957, retornando em diversas ocasiões e acumulando um total de mais de 72 meses de trabalho de campo. Durante esses períodos, contou com a colaboração de vários indígenas que desempenharam o papel de assistentes de pesquisa, sendo remunerados para elaborar diários durante os períodos em que o antropólogo estava nos Estados Unidos.

Seguindo uma abordagem de pesquisa qualitativa, os participantes das entrevistas foram cuidadosamente selecionados devido à sua prévia participação em outros estudos relacionados às consequências do movimento messiânico de 1963 e a habilidade que possuem

personais até contribuições financeiras. O nome é escolhido por um dos tios, irmãos do pai (inxu) ou da mãe (inxê). Recebi da minha inxê pry (tia) o nome de Awpjehwyj.

para narrar as suas experiências e histórias. Nas aldeias indígenas, a capacidade de narrar histórias não se manifesta de maneira universal. Embora muitas narrativas sejam reconhecidas dentro desses círculos, nem todos os integrantes se sentem compelidos ou possuem a habilidade para transmiti-las. Jailson Canela, o indígena da Aldeia Escalvado que facilitou meu contato com o cacique, recomendou os três integrantes por possuírem recordações detalhadas dos conflitos da época e por terem presenciado a mudança da gestão do SPI para a FUNAI. Essa experiência singular concede a eles uma visão particular e valiosa desses acontecimentos históricos. Inicialmente, estabeleci contato com os entrevistados por intermédio da família que me acolheu, a qual mantinha laços estreitos com os três. Isso permitiu que todos fossem informados sobre a pesquisa ainda antes da minha chegada à aldeia.

Além disso, esses participantes manifestaram disposição e interesse em contribuir em pesquisas e projetos destinados a preservar a história e a cultura do povo Canela, demonstrando seu compromisso em compartilhar suas experiências e conhecimento para enriquecer o entendimento desse importante período da história indígena no Brasil.

A falta de estudos relacionados à atuação desses órgãos durante o período da Ditadura Militar não se limita apenas às pesquisas sobre os Canela. No contexto acadêmico em todo o país, é notável que os estudos relacionados à experiência dos povos indígenas durante o período da Ditadura Militar são relativamente recentes e, em muitas situações, ainda se encontram em estágios iniciais de sua evolução. Essa lacuna de pesquisa ressalta a importância de investigações como a presente pesquisa, que busca preencher esse vazio de conhecimento e fornecer uma visão mais completa e contextualizada das interações entre os povos indígenas e as instituições estatais durante um período significativo da história do Brasil.

Apenas em 2014, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), estabelecida durante o mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-2016), incluiu um capítulo dedicado aos indígenas. Embora esse reconhecimento tenha sido tardio, marcou um passo pioneiro ao trazer o tema para o conhecimento público de forma mais ampla. As conclusões desse relatório destacaram a necessidade de continuar a pesquisa sobre o assunto. Como resultado, desde 2014, tem havido um aumento significativo no número de produções acadêmicas, documentários e estudos que exploram o tema dos povos indígenas durante o período da Ditadura Militar, abrangendo cada vez mais grupos étnicos e regiões do Brasil. Esse aumento no interesse e na pesquisa tem enriquecido o entendimento das experiências

dos povos indígenas nesse contexto histórico crucial, contribuindo para a visibilidade e a preservação das narrativas desses grupos.

A relevância social dessas pesquisas é notável, pois elas desempenham um papel significativo no apoio ao movimento indígena contemporâneo. Além disso, essas investigações têm um papel crucial na criação de um processo de transição justo, levando em consideração os abusos cometidos contra os povos indígenas durante o período militar. Esses estudos ajudam a fornecer evidências e informações essenciais para a busca de justiça, reparação e reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, que ainda enfrentam desafios significativos na atualidade.

Além disso, essas pesquisas contribuem para a construção de uma narrativa mais completa e inclusiva daquele período na história do Brasil. Elas revelam as vozes, perspectivas e experiências dos grupos indígenas, que frequentemente foram marginalizadas ou negligenciadas nos registros históricos convencionais. Esse enriquecimento da narrativa histórica é fundamental para uma compreensão mais holística do passado do Brasil e para a promoção de um diálogo mais informado sobre os desafios enfrentados pelos povos indígenas no presente e no futuro. Portanto, esse trabalho se junta a um crescente corpo de conhecimento que desempenha um papel vital nas esferas políticas, históricas e sociais, à medida que buscamos promover justiça e reparação para os povos indígenas.

Em relação às produções literárias e acadêmicas que exploram a atuação dos órgãos de proteção, é possível categorizá-las com base em suas principais áreas de enfoque. Elas se dividem em duas vertentes principais: Aquelas que se concentram na administração do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em um contexto mais amplo, ou que exploram a história dos Canela durante o movimento messiânico. Essas pesquisas oferecem uma visão abrangente da atuação do SPI no cenário nacional, bem como um entendimento mais profundo das dinâmicas e desafios enfrentados pelos Canela durante o movimento messiânico. Elas geralmente se concentram em questões sociopolíticas, culturais e históricas relevantes a esse período.

Seguindo a segunda vertente, aquelas que examinam o papel da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no processo contínuo de demarcação das terras indígenas Canela e na implementação de projetos apoiados pela parceria entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a FUNAI. Essas pesquisas se concentram nas questões relacionadas aos direitos territoriais e ao desenvolvimento das Aldeias indígenas, destacando as interações entre órgãos estatais, empresas e povos indígenas

Essas duas vertentes de pesquisa complementam-se, fornecendo uma visão mais completa das experiências dos Canela e das políticas indigenistas no Brasil. Elas contribuem para a compreensão das complexas relações entre os órgãos de proteção, às empresas e os povos indígenas, bem como para a análise das mudanças ao longo do tempo nas abordagens governamentais em relação aos povos indígenas e suas terras.

As pesquisas relacionadas ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI) frequentemente utilizam o Relatório Figueiredo como fonte primária, o qual ficou desaparecido por 44 anos e foi redescoberto nos arquivos do Museu do Índio. Este relatório foi compilado em 1967 pelo procurador Jader de Figueiredo Correia, que naquela época fazia parte do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS). No conteúdo desse documento, são minuciosamente descritas uma série de violações dos direitos humanos, tais como trabalho forçado, situações análogas à escravidão, massacres e outras formas de abuso que afetaram as povos indígenas em todo o território brasileiro.

No livro intitulado *"Relatório Figueiredo: genocídio brasileiro"* de 2018, o procurador Álvaro Ricardo de Souza Cruz conduz uma análise aprofundada e contextualiza o relatório original. Ele argumenta que os atos cometidos contra os povos indígenas naquele período, que hoje podem ser categorizados como diferentes crimes reconhecidos pela legislação, podem também ser considerados como constituindo o crime de genocídio. O mesmo relatório é objeto de análise na obra *"Os fuzis e as flechas: História de Sangue e Resistência Indígena na Ditadura"* (2017), escrita pelo jornalista Rubens Valente, apresentando relatos de desvio de recursos do patrimônio indígena e diversas outras denúncias. Ampliando e enriquecendo as informações do relatório original, Valente também incorpora entrevistas realizadas por ele, as quais acrescentam detalhes adicionais com relatos dados por antigos funcionários do SPI, FUNAI e indígenas sobreviventes. A conclusão é que o órgão governamental, tanto de maneira direta como indireta, esteve envolvido em incidentes de extermínio que afetaram mulheres, homens e crianças de diversas etnias indígenas durante a Ditadura Militar. Como um dos raros livros criados durante o período da Ditadura Militar que explora a interação entre os povos indígenas e os militares no período de 1964 a 1985, o livro *"Vítimas de um Milagre"* de Shelton H. Davis, publicado em 1978, também analisa informações contidas no relatório. O livro aborda tópicos que incluem as expedições de pacificação, a expansão dos empreendimentos de mineração e o crescimento da agroindústria no contexto das políticas econômicas do governo militar no Brasil.

Fornecendo uma visão geral do movimento messiânico Canela de 1963, o artigo *"O movimento messiânico dos Canelas: uma introdução"* (1967) de autoria de William Crocker,

um antropólogo norte-americano com mais de cinco décadas de pesquisa junto aos povos indígenas dessa etnia, oferece detalhes sobre as motivações que impulsionaram o movimento e a intervenção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Com uma perspectiva que se baseia nas experiências dos funcionários do SPI durante o período de repressão ao movimento em 1963, o livro *"Rua de Giz"* (2015), escrito por Eduardo Galvão, filho do chefe do posto indígena Capitão Uirá, Virgílio Galvão, apresenta informações minuciosas sobre os eventos que ocorreram durante os ataques à aldeia e os anos de exílio da Aldeia Sardinha. Complementando a literatura disponível sobre o movimento messiânico Canela, a tese de doutorado de Adalberto Rizzo de Oliveira, intitulada *"Messianismo Canela: Entre o indigenismo de Estado e as estratégias do desenvolvimento"* (2006), também explora a influência do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) no contexto desse movimento. Esta tese se destaca por ser um dos poucos estudos que analisam a dinâmica pastoril que se estabeleceu entre os diversos grupos indígenas Timbira da região centro-sul do Maranhão. Além disso, o trabalho de Oliveira é notável por ser um dos poucos a examinar o período de transição do SPI para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no Maranhão. Ele se concentra na implementação de projetos de desenvolvimento e no convênio estabelecido entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), detalhando como essas iniciativas afetaram as aldeias indígenas da região. Considerando essas observações, torna-se mais aparente a importância histórica desta monografia. Ela se propõe a realizar uma investigação acadêmica da história dos Canela no estado do Maranhão, investigando aspectos de um período que até então são pouco abordados. Além disso, ao adotar uma abordagem de pesquisa baseada em relatos orais, esta monografia tem o objetivo de contribuir para a criação de novas fontes e dados que poderão beneficiar pesquisas futuras sobre o mesmo tema.

A escolha de adotar relatos orais como a principal fonte de análise para esta monografia encontra respaldo nas abordagens da historiadora Verena Alberti. Eles oferecem uma perspectiva única e pessoal das experiências traumáticas, permitindo uma compreensão mais profunda do impacto emocional e psicológico que tais eventos têm sobre os indivíduos e grupos afetados. Alberti enfatiza a necessidade de dar voz aos grupos marginalizados na produção histórica, através do testemunho de um entrevistado, é factível destacar a sua relevância como um indivíduo inserido no contexto histórico, ao mesmo tempo em que resgatamos momentos possivelmente esquecidos por muitos, prestes a se dissiparem no decorrer do tempo.

A relevância de contextualizar os eventos ligados ao movimento messiânico e os

efeitos da implementação de projetos desenvolvimentistas por meio das narrativas indígenas é evidenciada durante as entrevistas. Os entrevistados ressaltam seu protagonismo nos eventos em pauta, evidenciando suas experiências diretas e ativas, em contraposição a uma postura passiva e meramente observadora. Esta abordagem ressalta a necessidade de considerar as perspectivas e experiências daqueles que estiveram envolvidos nos eventos, proporcionando uma compreensão mais abrangente e situada dos acontecimentos históricos.

Mesmo entre os registros que poderiam ser consultados, como documentos mantidos ou coletados pelo Instituto Socioambiental (ISA), artigos de jornais, relatórios de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e outros, a voz dos Canela foi em grande parte negligenciada e relegada a um papel secundário. Nesta esfera, os relatos orais emergem como o recurso mais pertinente, visto que incorporam as visões de indivíduos potencialmente relegados ou omitidos dos relatos históricos escritos tradicionais, atendendo, assim, às finalidades desta investigação de forma eficiente. Tal abordagem possibilita a narrativa da história dos Canela a partir de sua própria ótica, por meio das vozes das pessoas intimamente ligadas aos eventos objeto de estudo nesta pesquisa.

2- SOB A SOMBRA DA DITADURA: O CONTEXTO DAS POLÍTICAS INDIGENISTAS NO BRASIL REPÚBLICA

Desde o início da República brasileira, a problemática indígena tem sido submetida às disposições constitucionais, porém, com uma escassez de respaldo nas leis em vigor. Paradoxalmente, percebe-se que o Estado detém a responsabilidade sobre as chamadas "nações" indígenas, no entanto, na prática e na legislação, essa incumbência é pouco elucidada, refletindo-se na desatualização e nas contradições presentes no atual Estatuto do Índio. Na Constituição de 1891, a questão indígena é praticamente ignorada, exceto pelo artigo 64, que transfere para os Estados as terras devolutas. Este dispositivo confere legitimidade aos Estados para realizar demarcações em terras indígenas, contudo, sem autorização para alterar demarcações anteriores, inclusive as realizadas durante o período imperial.

Decorridos mais de dois séculos desde a proclamação da independência do país, as Constituições do Brasil ainda não captaram as aspirações dos grupos sociais historicamente excluídos da sociedade (indígenas, negros, mulheres, LGBTQIAP+ e pobres). Em vez disso, essas leis fundamentais representaram principalmente os interesses das elites dominantes, que detinham o controle político e econômico do país. Na época da Constituição de 1891, houve um foco na formação do Estado baseado em idéias de liberalismo tanto econômico quanto político.

Alinhadas a esses preceitos de crescimento econômico, várias iniciativas de expansão em direção ao interior do país desencadearam conflitos com as Aldeias indígenas. Por volta de 1907, esses embates, inicialmente circunscritos às regiões mais remotas, ganharam notoriedade nas capitais brasileiras e repercutiram internacionalmente, gerando intensos debates. O então diretor do Museu Paulista, von Ihering, sustentava a perspectiva da eliminação dos povos indígenas, argumentando que estes não se configuravam como elementos contribuintes para o trabalho e o progresso. Essa postura gerou considerável repúdio em diversos setores da sociedade. (Ribeiro, 1979).

Desse modo, no início do século XX, emergiu uma controvérsia pública acirrada concernente ao uso da força no processo de integração dos povos indígenas. Em 1908, o governo brasileiro foi confrontado com acusações de massacres de indígenas durante o XVI Congresso dos Americanistas, sediado em Viena. Este evento incitou o governo de Nilo Peçanha a estabelecer um órgão destinado à administração das questões indígenas. A criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN) em

1910⁶, concebido com a missão primordial de assegurar a proteção e assistência aos povos indígenas. Destacou-se por ser a primeira instituição governamental completamente secular criada para gerir as interações entre os indígenas e os diferentes estratos da sociedade.⁷ No ano de 1918⁸, ocorreu a dissociação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) da atribuição da Localização de Trabalhadores Nacionais. Não obstante essa separação, a filosofia subjacente à pacífica integração dos povos indígenas permaneceu como fundamento central das diretrizes operacionais do órgão.

A partir do início da década de 1960, a percepção da suposta ameaça comunista exerceu um impacto significativo sobre as operações e diretrizes do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A partir de abril de 1964, o Brasil ingressou em um novo cenário político marcado por um golpe militar que ocasionou a queda do presidente João Goulart e seu programa político de viés nacionalista. O golpe, resultante de uma intrincada teia de eventos, estratégias e contextos, foi sustentado por uma frente abrangente e diversificada que compartilhava objetivos gerais.

Os conspiradores que lideraram o golpe de 1964 justificaram suas ações alegando a necessidade de reestruturar a gestão pública, destacando a crença de que os civis não possuíam a competência necessária para administrar adequadamente os mecanismos governamentais. A Ditadura Militar utilizava um discurso de minar os ideais comunistas, buscando desacreditá-los. Esse processo, conhecido como guerra revolucionária, era parte da estratégia psicossocial e caracterizava-se por uma guerra psicológica. Seu propósito era evitar que o regime adotasse medidas mais severas no futuro.

Por um lado, o regime utilizou a justificativa da luta contra o comunismo como fundamento para o golpe, enquanto, por outro, submeteu os povos indígenas à abordagem exploratória do desenvolvimentismo como parte da consolidação de seu poder. Nesse período, esses grupos étnicos foram indevidamente encarados como um obstáculo substancial ao avanço do país, visão que se revelou equivocada e pretensiosa.

Imediatamente após a destituição de Goulart, o regime ditatorial instaurou uma série extensa de investigações, conhecidas como Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e as Comissões de Inquérito (CIs), que abarcavam diferentes áreas da administração federal.

⁶ Instituído por meio do Decreto nº 8.072, datado de 20 de junho de 1910, estabelecido com o propósito de prover assistência aos povos indígenas do Brasil, além de estabelecer centros agrícolas, compostos pelos denominados trabalhadores nacionais. Esses centros visavam à integração dos indígenas à dinâmica econômica nacional por meio de atividades agrícolas e de formação profissional.

⁷ O contexto da criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) é apontado por Freitas (2007, P. 58).

⁸ A Lei nº 3.454, de 6 de janeiro, transferiu as atribuições vinculadas à localização de trabalhadores nacionais para a esfera de competência da Diretoria-Geral do Serviço de Povoamento, ocasionando a alteração da designação do órgão para Serviço de Proteção aos Índios.

Tanto o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) quanto o seu órgão superior, o Ministério da Agricultura, foram alvo de apurações similares e abrangentes. De forma simultânea, os expurgos representaram uma ferramenta de significativa influência para controlar e coagir indivíduos considerados indesejáveis, muitos dos quais eram encarados como possíveis agentes subversivos de acordo com a ótica anticomunista. Essa prática foi outro elemento essencial dentro do discurso que legitimava o regime ditatorial.

A convergência desses elementos levou o recentemente estabelecido Ministério do Interior, ao qual o SPI foi subordinado, a instituir uma segunda Comissão de Inquérito em um intervalo de apenas quatro anos. Essa comissão tinha o propósito de investigar alegações de corrupção e de crimes contra os indígenas e seu patrimônio, supostamente cometidos ou tolerados por funcionários do órgão. Estabelecido por meio de uma portaria divulgada em julho de 1967, o corpo encarregado da Comissão de Inquérito, inaugurada no mesmo ano, foi liderado pelo procurador Jáder de Figueiredo Correia. Esse novo processo investigativo determinou a responsabilidade de vários funcionários implicados em delitos administrativos e violações dos direitos dos indígenas durante o exercício de suas atribuições nos postos do SPI entre essas Aldeias, como pode ser conferido nas primeiras páginas do relatório:

O índio, razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condição de vida compatível com a dignidade da pessoa humana. É espantoso que exista na estrutura administrativa do País repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência. E que haja funcionários públicos, cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir aos instintos e indivíduos desumanos. Torturas contra crianças e adultos, a título de ministrar justiça. (...) Nem o sexo feminino fugiu de flagear o índio. Muitas funcionárias e esposas de chefes tornaram-se tristemente famosas pelos maus tratos e pela desumanidade, podendo-se garantir que os atos mais abjetos e humilhantes forma praticados por ordens femininas. (Relatório Figueiredo, vol 1, p. 3)

Dentre os acusados figuravam uma gama variada de indivíduos, incluindo civis e militares, funcionários de níveis hierárquicos diversos, desde ex-diretores até agentes do órgão, além de cidadãos comuns. A mídia nacional dedicou uma extensa cobertura ao caso, enquanto pressionava pela intervenção firme do regime na punição dos responsáveis, por meio do que ficou conhecido como expurgos. É relevante salientar que, apesar da cobertura dos resultados da investigação, houve escassa abordagem sobre a situação dos povos indígenas no Brasil, com pouca ênfase na exigência de reparos ou na análise das políticas direcionadas para esses grupos. Em contrapartida, a mídia concentrou-se majoritariamente,

com poucas exceções, na narrativa dos delitos associados à corrupção por parte dos agentes públicos.⁹

Apesar das consequências inesperadas geradas pelo relatório, não havia evidências de que Jáder fosse um opositor do governo. Em nenhum momento, o procurador contestou a decisão dos militares de abrir estradas na Amazônia sem realizar um levantamento abrangente e adequado sobre os grupos indígenas isolados. Medida que poderia prevenir a propagação de doenças e as frequentes mortes que afetavam essas populações há décadas. A preocupação com a saúde desses grupos isolados era uma questão crítica e oportuna, considerando os riscos de contágio e os padrões recorrentes de doenças e mortes registrados entre eles.

Os desdobramentos do relatório persistiram por um extenso período e conduziram ao encerramento das atividades do SPI, levando à criação da FUNAI. Em 5 de dezembro de 1967, o presidente Artur da Costa e Silva ratificou a legislação que formalizou a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)¹⁰, consolidando a união do SPI, do Parque do Xingu e do Conselho Nacional do Índio. Na justificativa apresentada ao presidente Costa e Silva, Albuquerque Lima reconheceu a falência do SPI, porém buscou compartilhar a responsabilidade com administrações anteriores.

A medida destinada a resolver a situação não produziu os resultados esperados. A FUNAI permaneceu sob a jurisdição do Ministério do Interior, evidenciando um conflito substancial de interesses: o Ministro responsável pela promoção do desenvolvimento e da ocupação da Amazônia era o mesmo encarregado de proteger os direitos dos povos indígenas que habitavam a região.¹¹

Após o início da Ditadura Militar, os líderes militares ressuscitaram concepções preexistentes de “ocupação” da Amazônia, frequentemente sem esclarecer de maneira explícita qual seria o papel dos povos indígenas nesse contexto. Valente (2017) descreve que em dezembro de 1966, durante um encontro em Belém, Castello Branco reuniu membros proeminentes do governo, empresários e industriais para anunciar a “Operação Amazônia”. Esta operação consistia em um conjunto de iniciativas destinadas a estabelecer “condições para o povoamento e desenvolvimento” da região, um objetivo percebido como essencial

⁹ Em uma entrevista à IHU On-Line, José Bessa Freire, um jornalista da Agência de Notícias Asapress durante o ano de 1968, explicou que o impacto do relatório foi significativo por envolver indivíduos comuns, inseridos na sociedade, com vidas cotidianas: pessoas que tinham laços familiares, frequentavam instituições religiosas, possuíam contas bancárias e, de repente, estavam associadas ao relatório, incluindo grileiros, comerciantes, políticos, membros do judiciário, legisladores, autoridades policiais e até mesmo ministros.

¹⁰ Lei Nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967.

¹¹ Valente (2017, p.45)

para a segurança nacional. A ideia apresentada por Castello Branco de integração da Amazônia é discutida no livro “A Amazônia e Nós”:

Governo e homens de empresa do Brasil, reunidos na Amazônia sob a inspiração de Deus e norteados pelo firme propósito de preservar a unidade nacional como patrimônio que receberam indiviso, conscientes da necessidade de promover o crescimento econômico acelerado da região, como processo indispensável para atingir esse objetivo e a valorização do homem que a habita: considerando que a Amazônia, com seus cinco milhões de quilômetros quadrados, correspondentes a cerca de sessenta por cento do território brasileiro, está a exigir a criação de condições para o povoamento [...] Declaram que sua aceitação maior ao desafio lançado em resposta da sua esperança, para que a Amazônia contribua através de sua perfeita e adequada incorporação à sociedade brasileira e sob a sua soberania inalienável para a solução dos grandes problemas da humanidade (Marseno, 1971, p. 48).

A Operação Amazônia estabeleceu uma gama de incentivos fiscais com o propósito de estimular o desenvolvimento da agropecuária e da indústria na região. Esses benefícios visavam atrair investimentos e fomentar o crescimento econômico, impulsionando setores estratégicos para a expansão e ocupação da Amazônia.

Dentre as diversas medidas anunciadas, merecem destaque a substituição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) pela criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)¹² e a implementação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)¹³. Esta última foi estabelecida com o propósito específico de fortalecer o projeto de industrialização na região. Ambas as superintendências foram criadas para atuar como instrumentos-chave na execução das políticas de desenvolvimento e fomento econômico na Amazônia, alinhadas ao objetivo de impulsionar a economia local e atrair investimentos para a região.

Em meio ao anúncio da criação de tantos benefícios, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) testemunhou um desvirtuamento crescente de seus objetivos, transformando-a em uma entidade percebida não apenas como incapaz de cumprir seus desígnios iniciais, mas também como um foco de corrupção. Em vez de cumprir efetivamente seu papel de fomentar o desenvolvimento equitativo, a SUDENE passou a ser percebida como um enclave de corrupção, marcado pelo desvio de recursos e pela ausência de resultados tangíveis.

O período denominado como “milagre brasileiro”, marcado pelo desenvolvimento econômico e a expansão das frentes desenvolvimentistas sobre os novos territórios, principalmente na região da Amazônia, marcou o fortalecimento do processo de militarização da questão indígena e dos territórios ocupados por estas populações.

¹² Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.

¹³ Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

A escolha feita por Albuquerque Lima para presidir a Funai, após sua criação, representou uma ruptura com a tradição estabelecida desde 1964 no SPI, que consistia na indicação de militares para o cargo. Simultaneamente, o Jornalista José de Queirós Campos foi indicado para a presidência do órgão. Ao mesmo tempo, houve uma dispersão de militares para posições de liderança em diferentes instâncias do órgão, ocupando oito dos onze cargos de alto escalão. Essa medida foi contestada por indigenistas mais experientes, que levantaram objeções sobre essa distribuição de poder dentro da estrutura da Funai.¹⁴

A instituição da Guarda Rural Indígena (GRIN) sob a gestão de Queirós Campos representa um dos episódios mais controversos de seu mandato. O projeto, de natureza ambiciosa, propunha a mobilização de "mais de 3 mil índios" com o propósito de "proteger aldeamentos contra abusos e evitar que os povos indígenas também se envolvessem em atos desordenados". Em outras palavras, a GRIN se configurava como uma iniciativa de contenção, visando controlar tanto questões internas nas aldeias indígenas quanto possíveis ataques direcionados aos não indígenas, representando um ponto de intensa polêmica na abordagem de Queirós Campos em relação às dinâmicas entre povos indígenas e a sociedade "civilizada".

Figura 5 - Formatura da 1ª turma da Guarda Rural Indígena, em 1970, cena registrada no filme "Arara"



Fonte: Jesco von Puttkamer.

Os membros da GRIN foram submetidos a treinamento no Batalhão Escola da Polícia Militar de Belo Horizonte. Os primeiros 57 alunos, pertencentes às etnias kraô, xerente e maxacali, chegaram ao local em novembro de 1969. Conforme relato de Valente (2017), em 2012, evidências surgiram indicando que, durante o treinamento, os indígenas eram submetidos a aulas de tortura física. Registros visuais capturados pelo documentarista Jesco von Puttkamer em 5 de fevereiro de 1970 ilustram dois membros da GRIN carregando,

¹⁴ Valente (2017, p.45)

durante uma parada militar, um indígena pendurado em um pau de arara, método de tortura amplamente empregado pela repressão para minar a resistência física de militantes da esquerda armada nas áreas urbanas. Esse desfile ocorreu na presença do então ministro do Interior, José Costa Cavalcanti, e de Queirós Campos, entre outras autoridades, ampliando as controvérsias em torno da atuação da GRIN.

O Reformatório Krenak foi estabelecido em 1969 no município de Resplendor (MG) por meio de uma colaboração entre a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Esta instituição destinava-se à reeducação de indígenas provenientes de diversas regiões do país que foram classificados como "rebeldes". A categorização de "rebeldes" abrangia qualquer indivíduo indígena que se recusasse a obedecer a quaisquer ordens de autoridade policial, sendo que até mesmo atos de desacato ou ocorrências relacionadas ao alcoolismo poderiam resultar na internação no referido reformatório. Essa iniciativa revela uma abordagem autoritária e coercitiva, suscitando questionamentos éticos e legais sobre os métodos empregados para a reeducação desses indivíduos, destacando as implicações sociais e culturais associadas ao Reformatório Krenak.

A Polícia Indígena era concebida para desempenhar o papel de "olhos" do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), incumbida da constante supervisão e vigilância de indivíduos, sejam eles indígenas ou não, bem como dos espaços designados. Sua missão visava atribuir ao responsável uma tarefa praticamente impossível: a de atuar como guardião de todas as atividades dentro das áreas indígenas, desempenhando simultaneamente funções de educador e mediador, inclusive nas interações entre os próprios membros da Polícia Indígena.

Dentre as razões identificadas para a transferência e confinamento de indígenas durante a administração da FUNAI, Correia (2000) exemplifica o nomadismo, também denominado nos relatórios como "circulação". Essa prática suscitava diversas preocupações por parte da FUNAI em relação aos indígenas, uma vez que a presença destes nas cidades era percebida como desobediência ou evasão do controle direto dos funcionários da FUNAI. A escolha de trajetos e ações sem a devida autorização ou consulta aos tutores era interpretada como tal. Além disso, a presença de indígenas nas cidades era considerada um "ataque" à imagem do órgão e de suas unidades administrativas, uma vez que os postos indígenas eram concebidos como locais ideais para a permanência e habitação dos indígenas, devidamente supridos e protegidos pela FUNAI. Em contraste, a presença de indígenas solicitando ferramentas e roupas, caracterizada como "mendicância", ou envolvidos em consumo de bebidas alcoólicas, era percebida como prejudicial à reputação do órgão.

Correia (2000) ressalta adicionalmente que, antes da instituição do GRIN, a questão da presença de indígenas nas áreas urbanas resultou na implementação, por parte do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), não apenas de ações concretas, mas também de normas e autorizações para sua permanência ou saída. O SPI, nesse contexto, passou a elaborar classificações para os grupos indígenas que frequentavam as cidades, incluindo os Gavião, Canela, Guajajara, Krahô e Xerente, bem como aqueles notórios por sua "circulação", como os Guarani. Esses grupos passaram a ser mencionados em relatórios, documentos e no conhecimento da administração tutelar, como se observa nas classificações adotadas posteriormente pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que referiam-se a esses indígenas como "andarilhos", "maltrapilhos" ou "pedintes". Em determinados relatórios emanados pelo Posto Indígena Uirá, situado em Barra do Corda, é perceptível o reforço significativo das medidas de controle, evidenciado a partir do ano de 1968.¹⁵ A implementação de tais medidas sugere uma resposta à necessidade de monitorar de maneira mais rigorosa as interações e deslocamentos dos membros da Aldeia indígena, indicando uma dinâmica administrativa mais intervencionista e restritiva durante esse período específico.

As medidas de intervenção da FUNAI, colocadas em prática pelo Posto Indígena Uirá podem ser observadas no relato de Mirandinho:

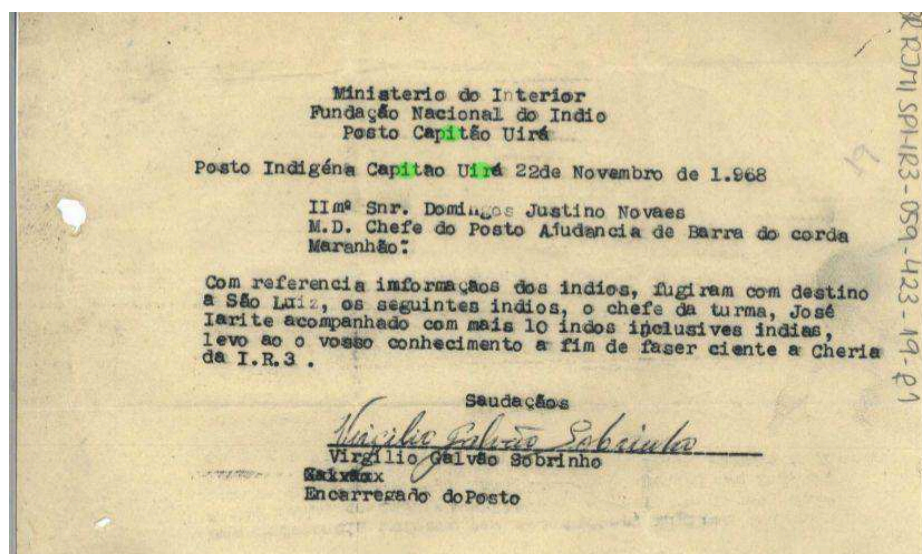
Nessa época teve coisa que não mudou nada, mas teve também muita coisa que mudou muito. Como que mudou? a gente não podia mais viajar em cima do carro, pra onde a gente quisesse. Era policial na estrada, aí então precisou de cpf, de identidade para poder entrar no ônibus. E antes, não tinha que pedir autorização do posto, não precisava comprar passagem pra poder entrar no ônibus, tudo era ajudado pelo prefeito, e naquele tempo tinha ônibus do Cândido Rondon... depois ficamos cada um por si. (Mirandinho, 2023)

Por fim, é relevante ressaltar que, embora tenha sido estabelecida uma norma proibindo a saída das áreas dos postos indígenas, isso não resultou no completo isolamento dos indígenas de viagens ou visitas às cidades. Tais deslocamentos eram permitidos desde que devidamente autorizados ou supervisionados pelos funcionários do órgão tutelar. A saída das áreas indígenas também era autorizada para o cumprimento de tarefas e obrigações, sejam elas remuneradas ou não, que eram determinadas pelo encarregado do posto indígena. Isso incluía, inclusive, a permissão para buscar outros indígenas que se encontravam fora da área do posto ¹⁶indígena.

¹⁵ Entre os indígenas Canela levados presos para o reformatório, é possível citar o caso de Pedro Gregório, liderança indígena que viajava sem permissão do posto indígena.

¹⁶ Correia (2000, p.61).

Figura 6 - Relatório emitido pelo encarregado do Posto Capitão Uirá



Fonte: Museu do Índio

Nos quatro anos iniciais, para além dos nove integrantes do povo Krenak que foram submetidos ao aprisionamento no reformatório, a instituição registrou a passagem de uma diversidade de grupos indígenas, incluindo tanto aqueles detidos quanto membros da Guarda Rural Indígena (GRIN): 21 indivíduos da etnia Karajá (GO); 12 da etnia Terena (MS); 10 da etnia Maxakali (MG); 8 da etnia Kadiwéu (MS); 5 da etnia Kaiowá (MS) e Xerente (GO); 1 da etnia Bororo (MT), Krahô (GO) e Pataxó (BA); 2 da etnia Pankararu (PE), Gkijajara (MA), Canela (MA) e Fulni-Ô (PE); e 1 da etnia Kaingang (RS), Urubu (MA), Campa (AC) e Xavante (MT).

A infraestrutura do Reformatório Krenak sucumbiu diante das águas do rio Doce durante uma inundação ocorrida em 1979, restando atualmente apenas destroços do que um dia fora telhado e paredes. Importante ressaltar que a desintegração da Guarda Rural Indígena (GRIN) ainda não havia ocorrido quando teve início a primeira transição na presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A gestão de Queirós Campos perdurou por pouco mais de dois anos, sendo interrompida durante um período marcado por turbulências tanto no Ministério do Interior quanto na Presidência da República. O ministro Albuquerque Lima, responsável por sua nomeação, foi sucedido em janeiro de 1969 por José Costa Cavalcanti.

O trágico episódio da expedição Calleri foi outro evento controverso que marcou o período da administração de Queirós Campos. O objetivo central dessa missão era a integração da Amazônia por meio da construção da BR-174, incluindo o deslocamento dos povos indígenas que habitavam a região onde a estrada seria construída. O então padre

Calleri partiu de Manaus em uma missão de avião com destino a São Gabriel da Cachoeira em 14 de outubro de 1968. A equipe da expedição, além do padre, incluía nove indivíduos, duas delas mulheres, conforme listados a seguir: os guias experientes Álvaro Paulo da Silva e Manuel Mariano Ferreira; o operador de rádio João, conhecido como cara de onça; o cozinheiro Manuel Nascimento; os funcionários do DNER Benigno Ribeiro Mendes, conhecido como Piauí, Eduardo Francisco de Oliveira e Aragão Rodrigues de Oliveira; acompanhados por Marina Pinto da Silva, esposa de Aragão, e Maria Mercedes Sales.¹⁷

No início de sua atuação, a Funai estabeleceu uma colaboração estratégica com missionários religiosos. A postura do governo brasileiro em relação a eles foi ambivalente ao longo do século. Embora houvesse desconfianças devido à presença considerável de missionários estrangeiros interessados em missões, também eram vistos como aliados úteis para promover a integração dos indígenas na sociedade dos “civilizados”.

Desse modo, entre os dias 24 e 26, a equipe da expedição avançou com dificuldades até atingir uma área pantanosa conhecida como Chavascal, onde acamparam durante a noite. No dia seguinte, percorreram mais alguns quilômetros até alcançar uma nova aldeia composta por duas malocas¹⁸, uma delas ainda em construção. Optaram por acampar a certa distância para evitar chamar a atenção e ali começaram a montar o acampamento, além de instalar o equipamento de rádio. Com intuito de atrair a atenção dos índios a pedido do padre, o mateiro Álvaro disparou três tiros para o alto.¹⁹ Grupos iniciais de indígenas Waimiri-Atroari, acompanhados por mulheres e crianças, a princípio “desconfiados”, se aproximaram de maneira amigável. Eles ofereceram flechas, bananas e outros produtos aos membros da expedição, mas não permitiram que eles entrassem na maloca.

A obra de Carvalho (1982) descreve que houve uma tensão quando eles viram as mercadorias em poder da expedição. Calleri disse no rádio²⁰ que “nada foi permitido”, implicando que os indígenas não foram autorizados a manusear os utensílios. A mensagem enviada pelo padre evidencia uma perspectiva preocupante sobre a percepção dos povos

¹⁷ Posteriormente, o presidente da FUNAI justificou que a inclusão das duas mulheres na expedição seria para tranquilizar os indígenas, sugerindo que a presença feminina indicava a chegada pacífica dos “civilizados”.

¹⁸ Habitação coletiva indígena, que abriga diversas famílias.

¹⁹ Carvalho (1982) escreve que não se compreende de onde ou de quem o Padre Calleri aprendeu essa maneira peculiar e inapropriada de anunciar sua chegada tumultuada e indesejada aos indígenas. Pois em qualquer lugar do mundo ou em meio a qualquer comunidade, os visitantes amigáveis não chegam disparando armas de guerra, e se o fazem, são considerados como agressores e susceptíveis a conflitos.

²⁰ As mensagens enviadas pelo Padre são descritas no livro “*Waimiri Atroari: a história que ainda não foi contada*”.

indígenas em relação aos indivíduos ditos "civilizados". "O índio bem sabe que isso está no nosso poder de gente superior. Só tenta perturbar, para conseguir."

Na mesma mensagem, ele descreve outro ato questionável, em que estrategicamente, incitou os indígenas a se moverem, resultando na iniciativa deles para descarregar, transportar e organizar toda a carga da canoa. "Limparam uma área de mato, bem ao lado da maloca deles, construíram para nós um bom barracão", ao finalizar o serviço, "todo mundo dos Atroaris estava suando". O cenário apresentado reflete a utilização dos indígenas como mão de obra sem remuneração para as tarefas pesadas. O padre ressaltou uma dupla intenção com essa estratégia: tranquilizar os indígenas, potencialmente fatigados, e, simultaneamente, delegar a eles as tarefas laboriosas que a expedição "tinha medo de fazer."

Padre Calleri evidenciou sua inexperiência de lidar com os indígenas. Sua postura refletiu uma visão de superioridade inerente aos "civilizados", incluindo-se nesse grupo, o que se refletiu em sua abordagem em lidar com povos de costumes distintos. No dia 31 de outubro, foram transmitidas as últimas mensagens da expedição, nas quais foram relatadas situações de tensão. A inabilidade do Padre Calleri em lidar com os indígenas resultou no fim do clima amistoso entre eles, visto que ele enfrentava dificuldades para aplicar um "critério de justa recompensa e não doação" entre os indígenas. Em diversas mensagens, o Padre ressalta que os indígenas haviam sido mal acostumados por outros "civilizados" que navegavam pelo rio e prontamente atendiam a todas as demandas solicitadas.

Após esse período, não houve mais registros de mensagens transmitidas pela expedição. Em 25 de novembro, surgiram relatos sobre a descoberta de um sobrevivente, Álvaro Paulo da Silva, que aparentemente foi o único a escapar de ataques com flechas e bordunas. Durante o relato, o mateiro expressou preocupação ao Padre Calleri sobre a maneira como este interagiu com os indígenas Waimiri Atroari. Segundo a descrição, em vez de adotar uma abordagem respeitosa e digna, o Padre Calleri optava por gritar e humilhar os nativos, chegando até mesmo a ameaçá-los com uma espingarda quando tentavam manusear itens pessoais da expedição. Uma circunstância de roubo de utensílios, como pratos e colheres, foi apontada como o possível motivo para o ataque, no qual Calleri teria se aproximado de um indígena e declarado: "Padre aqui, *marupá*²¹. Índio roubando, padre aqui pega a espingarda e pom... pom. Índio morre".

No momento em que percebeu a iminência de um ataque, Álvaro procurou alertar o Padre, optando por dormir distante do acampamento para resguardar sua segurança. No dia

²¹ Na crença dos Waimiri-Atroari, o termo "marupá" traduz-se como algo ruim, mau, que não presta.

seguinte, deparou-se com dois corpos no acampamento, reconhecendo-os como membros da expedição, o que o levou a fugir imediatamente. Foi apenas dias depois que ele descobriu o falecimento de todos os outros participantes da expedição.²²

Valente (2017) conclui que, apesar de os membros da expedição estarem armados com revólveres, não há registros de indígenas assassinados. Segundo a análise, Calleri e sua equipe teriam mantido os ideais de Rondon, seguindo a máxima de "morrer, se preciso for, mas nunca matar". A essência da expedição não se distinguia da abordagem histórica do Estado brasileiro, desde os tempos de Rondon até Villas Bôas. Essa abordagem visava proteger os indígenas, mas, simultaneamente, evitar que eles interferissem nos planos de desenvolvimento das sociedades consideradas "civilizadas".

Com o falecimento do Padre Calleri e seus companheiros, juntamente com a escassez de recursos financeiros, a construção da rodovia foi temporariamente interrompida. No final de 1969 e início de 1970, os trabalhos para construção da BR-174, conhecida como Rodovia Manaus-Boa Vista, retomaram. O Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Amazonas (DER-AM) transferiu a responsabilidade da construção para o 2º Grupamento de Engenharia e Construção, pertencente ao 5º Batalhão de Construção do Exército Brasileiro.

Com a retomada das obras, um povo que anteriormente vivia de forma isolada foi frequentemente foco de políticas colonizadoras, continuando a ser alvo de ataques. Após confrontos causados pela resistência dos indígenas diante da invasão de seus territórios por desmatadores, os representantes da FUNAI, instalados em Manaus, passaram a acatar as ordens do Exército, especificamente do 29º Grupamento de Engenharia e Construção. Eles simplesmente registraram e acataram as decisões já tomadas pelo alto comando dessa instituição. Isso significava que os trabalhos na estrada poderiam continuar a qualquer custo, mesmo após terem sido brevemente interrompidos devido ao ataque dos indígenas ao Posto Indígena Alalau.

Além das providências administrativas adotadas naquela ocasião, foi decidido que, além das medidas defensivas já implementadas pelo pessoal do Exército na estrada, haveria uma demonstração de poder bélico dentro da área habitada pelos Waimiri Atoari. Isso incluiria o uso de metralhadoras, explosões de dinamites e granadas pelo Exército, numa tentativa de intimidar os indígenas e evitar futuras interrupções no progresso das obras na estrada.²³

²² Valente (2017, p.53)

²³ Carvalho (1982)

Informações da Comissão Estadual da Verdade do Amazonas de 2012 revelam que o massacre Waimiri-Atroari, perpetrado durante o regime militar, ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980. Os ataques visavam desocupar suas terras para a construção da BR-174, a implementação da usina hidrelétrica de Balbina e o interesse de empresas mineradoras e garimpeiros em explorar recursos minerais na região. De acordo com o censo realizado pela Funai em 1987, a população, que era aproximadamente 3 mil em 1972, havia diminuído para 420, reduzindo para 350 em 1983.

No Maranhão, entre os povos mais afetados com os projetos desenvolvimentistas promovidos pela Ditadura Militar, se encontra o povo Awa Guajá. A história dos Awa Guajá é permeada por episódios de genocídios e violência, resultantes de décadas de interações com não indígenas. Seu território ancestral foi atravessado e fragmentado pela Rodovia BR-222 na década de 1960, e pela Estrada de Ferro Carajás nos anos 1980. Diante das frentes de colonização e das políticas de desenvolvimento econômico implementadas no norte do país durante o período militar, os Awa lutaram para preservar sua existência e sustentar um modo de vida profundamente conectado à floresta²⁴

A Ferrovia Carajás, parte do Programa Grande Carajás, um importante centro de extração e exportação de minérios administrado pela antiga Companhia Vale do Rio Doce (atualmente Vale S/A), foi concluída em 1985. A construção da ferrovia intensificou o contato com povos indígenas isolados no Pará e no Maranhão. A política de questões indígenas beneficiou a Vale do Rio Doce, que naquela época era uma empresa estatal, ao realocar os indígenas de suas terras simplesmente porque a ferrovia seria construída nessas áreas. Devido à proximidade da ferrovia com as terras dos Awa, a agência de questões indígenas reativou suas equipes de aproximação. A partir de 1984, mais famílias Awa foram contatadas, resultando em mortes decorrentes de interações mal planejadas.

Os efeitos da estrada de ferro têm um alcance significativo para os Awa Guajá em múltiplos aspectos. Além da presença física da ferrovia e do aumento populacional na região, há uma pressão adicional sobre seus territórios, especialmente com a expansão da ferrovia, causando destruição da floresta. Esses impactos ecológicos afetam diretamente as práticas de caça essenciais para os Awa Guajá, uma vez que a dispersão e morte de animais interferem significativamente nessas atividades. Além disso, o ruído provocado pelos trens, conhecido como “terê ma’iha”, assusta os animais e prejudica os sentidos dos caçadores durante suas atividades cotidianas.²⁵

²⁴ Varga (2008)

²⁵ Varga (2008)

Dessa forma, é possível identificar que em diferentes momentos, as políticas em relação aos povos indígenas foram orientadas por uma abordagem de assimilação, buscando a integração forçada desses grupos à sociedade dominante, frequentemente exigindo que abandonassem seus costumes culturais. Essas políticas, frequentemente, priorizavam os interesses de grupos econômicos em detrimento dos territórios indígenas. Isso ocorreu durante processos de colonização, expansão territorial, avanço da agricultura e implementação de grandes projetos de desenvolvimento, como a construção de estradas, usinas hidrelétricas e barragens, entre outros empreendimentos.

Embora os casos de violência contra os povos indígenas na Ditadura Militar tenha ocorrido em uma dinâmica diferente com os Canela em comparação aos Waimiri Atroari e Awa, devido à localização dos Canela na região central do Maranhão, isso não anula o fato de que esse povo também foi afetado pelo descaso do governo em relação às políticas indigenistas. Isso resultou na escassez de medicamentos, falta de supervisão e na ausência de equipes regionais eficientes para combater invasões, assuntos que serão explorados no próximo capítulo.

3- RESISTÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA: O MOVIMENTO MESSIÂNICO E EXPERIÊNCIAS DOS CANELA MEMORTUMRÉ NOS ANOS 60

Este capítulo tem como desígnio analisar segmentos dos depoimentos coletados ao longo desta pesquisa, estabelecendo conexões entre estes e a bibliografia referente ao tópico mencionada na introdução deste estudo. A meta é adquirir uma compreensão mais aprofundada das experiências e perspectivas pessoais de Francisquinho, Mirandinho e Satú, ao mesmo tempo em que delinea um retrato abrangente da situação dos Canela no estado do Maranhão no início da Ditadura Militar. É imperativo salientar a diversidade de vivências e memórias relacionadas à influência do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) durante esse período, uma vez que cada depoente traz uma perspectiva única fundamentada em suas experiências individuais e no contexto em que estavam inseridos. Esta abordagem enriquece a compreensão das complexas dinâmicas entre os órgãos estatais, as Aldeias indígenas e os eventos históricos que moldaram suas vidas e visões.

Os testemunhos expostos neste capítulo foram organizados em dois distintos segmentos, culminando na estruturação de dois subcapítulos. O primeiro segmento aborda as implicações decorrentes da intervenção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), investigando aspectos como territorialização, reestruturação social e as práticas econômicas impostas por esse órgão aos Canela. Ademais, examina os desdobramentos dessas mudanças no desenvolvimento de movimentos sócio-religiosos, e suas repercussões até os dias atuais. Esta seção proporciona uma perspectiva crucial sobre como as políticas do SPI moldaram a vida e a cultura dos Canela, influenciando, por conseguinte, o seu relacionamento com o Estado.

O segundo segmento concentra-se no movimento messiânico e no controle exercido pelo SPI, com enfoque nos relatos dos indígenas sobre eventos de repressão e o processo de exílio orquestrado pelo referido órgão, estabelecendo correlações com passagens presentes no Relatório Figueiredo. Esta parcela da pesquisa arremessa luz sobre um período crítico na história dos Canela e explora as experiências individuais dos entrevistados durante esse contexto tumultuado.

3.1 As implicações da atuação do SPI nas terras Canela Memortumré

Instituído em 1910, sob o governo de Nilo Peçanha, em resposta a significativas pressões emanadas de setores tanto nacionais quanto internacionais devido aos recorrentes massacres contra povos indígenas, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) incorporaria a

influência distintiva de seu fundador, o Coronel Cândido Rondon. Este último, reconhecido por seus êxitos nas interações com grupos indígenas na Amazônia durante os trabalhos de abertura das linhas telegráficas no Mato Grosso e no oeste da Amazônia, deixaria sua marca na instituição.

A fundação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) assinalou um momento crucial na abordagem indigenista do Brasil, introduzindo uma metodologia mais organizada e regulamentada para abordar as questões relacionadas aos povos indígenas. No entanto, ao longo de sua história, o SPI enfrentou críticas e controvérsias sobre suas práticas e políticas em relação aos povos indígenas, incluindo os Canela. Essas questões desempenharam um papel significativo nas narrativas compartilhadas pelos entrevistados, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das políticas indigenistas durante o período da Ditadura Militar.

Embora o positivismo tenha exercido influência, ao preconizar a importância de o Estado preservar as Aldeias indígenas para evitar sua aniquilação, a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi amplamente moldada pela ideia predominante de que o "indígena era relativamente incapaz". Seguindo essa concepção, o SPI passou a ser um porta-voz e o representante dos indígenas tanto nacionalmente como internacionalmente. De acordo com a análise de Luciano (2006), a atuação do SPI estabeleceu-se na relação entre tutela legal e a supressão da identidade cultural:

Paralelamente à atuação do SPI, havia em curso um processo conhecido por "integração e assimilação cultural" dos povos indígenas sob a tutela do Estado, o que na prática significava a efetiva e inexorável apropriação de suas terras e a negação de suas etnicidades e identidades. (Luciano, 2006, p.71)

Para Luciano, o SPI desejava integrar os indígenas o mais rápido possível à sociedade nacional, dessa forma, deixando de ser "índios" e abrindo caminho para a ocupação de suas terras por "não-índios", baseando-se na justificativa da imprescindibilidade de ampliar as áreas agrícolas em prol do progresso econômico social. Dessa forma, o órgão fornecia aos povos indígenas assistência básica, incluindo aspectos como saúde, educação e sustento. No entanto, essa assistência era sempre oferecida sobre a premissa da "relativa incapacidade indígena" e da necessidade de sua "tutela" por parte de suas autoridades governamentais. O principal objetivo era acomodar as Aldeias indígenas remanescentes, em um longo processo de "pacificação", ao mesmo tempo em que legitimava e facilitava a ocupação de terras já invadidas e abria novas fronteiras para a expansão.

A estratégia empregada pelo SPI revela uma perspectiva paradoxal, na qual o órgão buscava tanto proteger quanto integrar os indígenas à sociedade nacional. Essa dualidade

resultou em implicações substanciais nas políticas indigenistas e nas experiências dos povos indígenas, incluindo os Canela, durante o período da Ditadura Militar.

No estado do Maranhão, o SPI assumiu a função de "mediador" nas interações entre os povos indígenas e os pecuaristas na região do sertão. Contudo, ao longo do tempo, tornou-se evidente que o SPI não logrou êxito em evitar a exploração dessas Aldeias pelos habitantes do sertão, com a invasão de suas terras e o surgimento de conflitos. Em determinadas instâncias, tais conflitos representaram efetivas tentativas de erradicação étnica dos povos indígenas por parte dos criadores locais. Essa dinâmica revela a intrincada natureza das relações entre os povos indígenas, as entidades de proteção, como o SPI, e os interesses econômicos locais, notadamente no contexto maranhense.

A estratégia oficial de "pacificação" na política indigenista, que se concentra na atração e controle territorial, teve um impacto significativo nas relações entre os diversos grupos Timbira no estado do Maranhão. Conforme explicado por João Pacheco de Oliveira (2006), o processo de "pacificação" é inerentemente violento, transformando aldeias indígenas que antes desfrutavam de liberdade e autonomia em entidades subordinadas. A partir do século XX, com a reorganização territorial e a demarcação de áreas específicas, muitos desses grupos Timbira viram sua autonomia étnica e territorial comprometida, o que resultou em uma substancial alteração em seus padrões de reprodução social. Essa reconfiguração espacial levou à redução de quase metade dos territórios Timbira, excluindo áreas de importância vital para sua reprodução sociocultural do processo de demarcação

Pacheco de Oliveira também discute o conceito de territorialização, descrevendo-o como um processo de reorganização social que engloba a formação de uma nova unidade sociocultural por meio do estabelecimento de uma identidade étnica distinta, o desenvolvimento de estruturas políticas especializadas e a reconfiguração da cultura e da relação com a história. De acordo com sua análise, as populações indígenas que hoje residem no Nordeste têm raízes em culturas nativas que passaram por dois distintos processos de territorialização. O primeiro ocorreu na segunda metade do século XVII e nas primeiras décadas do XVIII, relacionado às missões religiosas. O segundo processo se desenrolou no século XX e estava vinculado à agência oficial de proteção aos indígenas.

Os Canela Memortumré e outros grupos Timbira situados no cerrado maranhense se encontravam em um contexto histórico particular, conhecido como a "situação pastoril". Essa situação se desenvolveu e se solidificou devido às interações desses grupos com os agentes da administração colonial e os segmentos da sociedade brasileira regional que surgiram a partir das frentes de expansão tradicionais. Essas frentes de expansão eram organizadas pelos

grupos dominantes da região, em particular, os criadores do sertão maranhense. Essa frente é uma consequência da configuração econômica do país, a qual influencia a forma e os motivos pelos quais novas regiões são integradas à sociedade nacional.

De acordo com Oliveira (2006), a expansão das fazendas de criação e dos assentamentos rurais sobre a terra remanescente dos Memortumré resultou na limitação da caça e na destruição das plantações indígenas. Isso se deu devido à invasão do gado sertanejo nas áreas naturais e à competição por espaços agrícolas limitados com os agricultores locais do sertão. Além disso, essa expansão provocou uma constante presença de pessoas do sertão, conhecidos como 'sertanejos', nas aldeias indígenas, afetando as atividades diárias e rituais dos Memortumré. Esse impacto foi agravado pela introdução de bebidas alcoólicas, que eram usadas como um meio de controle sobre esses povos indígenas. O relato de Mirandinho evidencia essas informações:

(...) Nesse tempo, a gente vivia muito bem, não era assim como é hoje, que a coisa é muito difícil para todos nós. A gente vivia sem roupa, sem como eu tô hoje, com calção... era diferente, era só tango na frente, mas o branco não se importava não. Íamos para a cidade, Barra do Corda, e ninguém reclamava não. E tinha muito respeito naquele tempo, junto do branco com o índio, levava a nossa mercadoria e vendia tudinho, ou trocava por outros produtos como sal e fumo, e não tinha bebida alcoólica, porque o índio não bebia, mas depois que mudou para 1950... 1960... ficou muito ruim. (...) O gado invadia a terra o tempo todo, acabava com a roça. Não tinha invasão de terra para caçar como tem hoje, mas o que eu quero dizer é que os tempos já foram melhores. (Mirandinho, 2023)

No trecho acima Mirandinho descreve os tempos da aldeia no período do seu nascimento, poucos anos após os primeiros contatos do SPI, órgão que por muitos anos papel que pode ser comparado aos deveres atribuídos a Aukhê, no sentido de que permitia aos "civilizados" usufruir das vantagens materiais e tecnológicas que escolhiam, e em troca, esperava-se que agissem de maneira generosa em relação aos indígenas.

Oliveira (2006) também destaca que apesar da estrutura hierárquica que caracterizava as relações entre os agentes tutelares e as instituições políticas dos Canela, o SPI, a partir de meados da década de 1930, introduziu a ideia de demarcação e proteção oficial do território remanescente desse grupo. Essa medida contribuiu para a afirmação da identidade étnica dos Memortumré e representou um obstáculo ao poder dos criadores locais. A perspectiva de demarcação territorial se tornou um dos motivos que levaram os criadores locais a empreenderem uma ação armada contra os Canela em 1963, alegando que os indígenas haviam praticado “roubo de gado” durante o movimento messiânico ocorrido naquele ano.

Nas décadas de 1940 e 1950, a dinâmica entre os Memortumré e a sociedade envolvente, representada principalmente pelo poder tutelar do SPI, e pela destacada figura de Cândido Rondon, conhecido como o "protetor dos índios", sofreu uma reconfiguração. O falecimento de Rondon em 1958 teve um impacto notável nesse grupo, devido à importância simbólica de sua presença, profundamente associada ao papel atribuído ao "homem branco" conforme descrito no mito de Aukhê. Além disso, a mudança para uma abordagem menos "paternalista" adotada pelo órgão indigenista a partir de 1957, juntamente com esse acontecimento, teria levado os Memortumré a perceberem a diminuição de sua posição como tutelados pelo SPI.

Essa mudança na dinâmica entre os Memortumré e o SPI reflete um período de transição nas relações entre os povos indígenas e o poder tutelar do Estado. A morte de Cândido Rondon e a mudança na abordagem do SPI sinalizaram uma nova fase na interação entre os Memortumré e as autoridades governamentais, o que teve implicações significativas para a compreensão das tensões que culminaram nos eventos do movimento messiânico de 1963.

3.2 Messianismo e poder tutelar: do exílio à demarcação de terras

Oliveira (2006) argumenta que o movimento messiânico Canela de 1963 tem sido interpretado como uma possível tentativa dos Memortumré de abandonar seu estilo de vida tradicional em busca da assimilação ao modo de vida "civilizado". No entanto, também é reconhecida a presença de elementos milenaristas dentro desse movimento. A eclosão de movimentos sócio-religiosos tem se destacado como uma das formas pelas quais os Memortumré-Canela têm manifestado suas reações diante dos processos de transformação, especialmente ao longo do último meio-século, em meio à redefinição das interações entre as sociedades na região, em consonância com o paradigma do desenvolvimento.

Considerados por certas correntes das Ciências Sociais como respostas à imposição da situação colonial, tais movimentos têm surgido em diversas áreas do Brasil, em momentos históricos específicos e impulsionados por distintas motivações. Inspirados pelas narrativas mítico-religiosas compartilhadas entre os grupos timbira, esses movimentos têm resultando em reações particulares diante das pressões decorrentes do contato. Assim, em fevereiro de 1963, emergiu uma profetisa de nome Kee-khwei, que previu que os "civilizados" seriam derrotados e expulsos para as florestas, onde teriam que caçar animais com arcos e flechas.

Enquanto isso, os indígenas passariam a habitar as cidades, assumindo a condução de caminhões e a pilotagem de aviões.

Kee-khwei, também conhecida como Maria Castelo, afirmou ter recebido essas revelações de Aukhê, o herói cultural dos povos timbira, por meio da "criança" que ela carregava em seu ventre. Segundo a narrativa, Aukhê teria optado por essa intervenção devido à sua crescente insatisfação com a maneira como o “mundo civilizado” tratava os indígenas. Inicialmente, Aukhê havia proporcionado arcos e flechas aos indígenas, enquanto conferia espingardas aos “civilizados”, com a condição de que estes cuidassem dos indígenas. No entanto, a percepção de que o acordo mítico estava sendo descumprido levou Aukhê a agir para corrigir essa violação.

Dessa forma, em 1963, desiludidos com a assistência limitada oferecida pelos “civilizados” e carentes de fé em relação às práticas tradicionais de seus antepassados, os Canela desenvolveram uma extensão do mito de Aukhê. Isso refletiu o profundo desejo de transformar seu mundo, buscando assimilar plenamente a tecnologia dos “civilizados” e abandonar completamente seu modo de vida indígena. Essa aspiração de transformação marcou um momento crucial no desenvolvimento de sua identidade cultural.

Aqueles que prestavam mais oferendas a Aukhê e dançavam com maior intensidade eram prometidos com maiores riquezas em suas futuras vidas. Quem se recusasse a participar das danças ou deixasse de presentear Maria Castelo com dinheiro ou presentes sofria punições severas, geralmente aplicadas por um grupo de jovens seguidores que agiam de acordo com os desejos da profetisa, interpretados como ordens divinas de Aukhê. Para sustentar o movimento religioso, alguns indígenas da Aldeia chegaram a roubar gado para fornecer carne. Isso resultou em retaliações por parte dos sertanejos, porém, de acordo com Maria Castelo, Aukhê alegava que todo o gado sempre pertenceu a eles, os Canelas, e eles tinham o direito de tomá-lo sem preocupações.

Maria Castelo também previra que, caso os “civilizados” atacassem a aldeia, lagos surgiriam nas savanas para impedir o avanço deles, incêndios os consumiriam e as balas seriam desviadas pelos poderes de Aukhê. Entretanto, quando o ataque finalmente ocorreu no início de julho, várias balas atingiram seu alvo, resultando na morte de parentes Canela e fazendo com que percebessem que o movimento havia sido uma decepção. Em consequência, Maria Castelo passou a ser vista como uma mentirosa. A percepção ainda presente sobre a figura de Maria Castelo pelas pessoas mais velhas da Aldeia que vivenciaram o período é visível no trecho abaixo, transcrito do relato de Francisquinho:

Eu lembro que tudo aconteceu por causa de enganos. Engano que aquela mulher chamada Maria Castelo, que botou indígenas dentro de muita mentira... enganando o tempo todo, e ninguém adivinhava, não sabia, acreditava em tudo o que ela dizia. Aí ela mandou mexer nas coisas alheias, bovinocultura, ela dizia isso... faz aquilo... porque depois isso vai melhorar a vida de vocês. Então íamos atrás da bovinocultura, mandava atacar, abatia e depois ela ainda dizia “vende a tua arma, que depois você vai receber arma melhor, enterra os ossos da bovinocultura que você vai receber coisa boa” isso tudo enganando... e a gente acreditava. Então por causa dessas coisas, ocorreu esse acontecimento, do ataque, eu lembro bem. (...) E foi dessa forma que ela passou meses enganando a gente, mentirosa, e foi por causa dela que quase acabaram com a gente, não é culpa de outra pessoa... é culpa somente dela. Foi por causa disso tudo que saímos daqui a pé, e paramos na Sardinha, e ela ficou com a gente lá, e ficamos o tempo todo pensando em bater nela, mas depois... ela pegou uma doença e um pajé disse que iria benzer ela lá, que iria curar ela... mas só fez terminar de matar. (Francisquinho, 2023)

De acordo com as observações de William Crocker (1976), quando Maria Castelo chegou à aldeia do Ponto, foi recebida como uma figura de grande autoridade, sendo comparada a uma rainha. Ela ganhou a adesão e o apoio da Aldeia como um todo, que passou a seguir suas orientações. No entanto, algumas lideranças Canela discordavam das ações da profetisa. Entre esses líderes estavam Kaapêl-tük, um ancião e chefe da Aldeia de Baixão Preto, Mii-krô, que era um tradicionalista e curador, e Côhgannâl, um curador de grande influência. Eles anteciparam os eventos com base nas informações fornecidas por sertanejos que alertavam os Canelas sobre a possibilidade de ataques às suas aldeias devido aos roubos de gado. A atribuição da responsabilidade pelas consequências do movimento a Maria Castelo, como indicado na narrativa de Francisquinho, não se limita apenas à reação dos fazendeiros devido aos roubos de gado. Também está relacionada à incapacidade de os indígenas se defenderem, conforme mencionado no relato de Mirandinho:

Depois que ela mandou a gente fazer esse papel aí, de ficar apanhando gado, não sei se era Jesus, se era o Satanás na barriga dela... Só sei que ela ia dizendo as coisas pra gente, e a gente obedecia. Só sei que nesse negócio de roubar gado, chegou o bandoleiro do Miguel Veríssimo, junto com o nosso amigo Messias, e veio pra acabar com tudo que a gente tinha... aí, esse homem chegou aqui com mais 12 homens, bem preparados, com arma 44 (...) pra piorar, aqui nós não tínhamos nenhuma arma pra defesa, ela mandou a gente vender tudo que tinha, tanto arma, como animais, era pra vender tudo, ela dizia que quando acontecesse a mudança, e a gente mudasse, tudo que a gente tinha vendido voltaria em dinheiro. Se Maria Castelo não enganasse fazendo o povo vender as armas, as coisas tinham acontecido de outra forma. (Mirandinho, 2023)

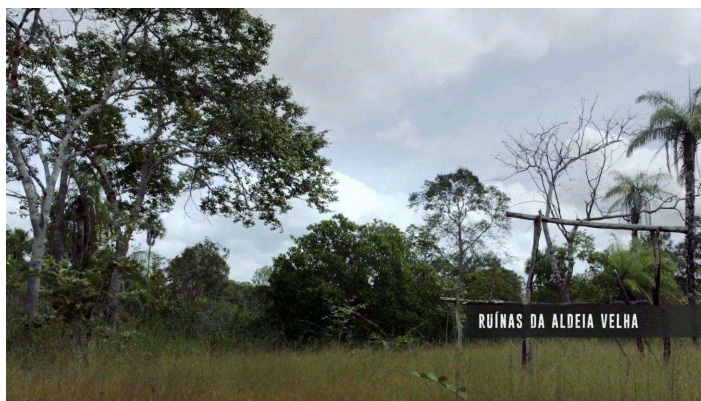
A venda dos pertences dos Canela também se relaciona com um episódio do mito de Aukhê, no qual ele conversa com seus "parentes e ancestrais" sobre o modo como deveriam estar vivendo. A decisão de se desfazer dos objetos indígenas representa uma inversão da escolha feita pelos antepassados, abrindo caminho para a incorporação dos itens do homem branco. Após um aumento nos casos de roubo de gado, os Canela começaram a receber alertas de sertanejos com os quais mantinham contato, indicando que suas aldeias seriam alvo

de ataques iminentes. O ataque foi liderado pelo vereador de Barra do Corda na época, Messias Ferreira de Sousa, juntamente com outros moradores da região circundante da Terra Indígena Canela. Eles contrataram um pistoleiro chamado Miguel Veríssimo, conhecido cangaceiro da região de Tuntum, para "eliminar todos os Canelas"

Dois ataques foram realizados contra os Canela, um em 7 de julho e outro em 11 de julho de 1963. Durante o segundo ataque à Aldeia Velha, uma pessoa foi morta e várias outras ficaram feridas, além disso, várias casas foram incendiadas, resultando na completa destruição da localidade, como afirma o relato registrado pelo filho de Virgílio Galvão, chefe do posto indígena de Barra do Corda:

Depois que os primeiros indígenas foram localizados, pelo som de cabaças e do canto, começaram a aparecer os doentes, feridos, velhos e baleados, e os demais foram aos poucos se aproximando (...) entre eles se encontravam quinze feridos à bala, alguns com ossos quebrados, em decorrência do primeiro ataque; algumas índias tiveram bebês, e os idosos estavam em um estado lastimável. Foram enterrados três cadáveres. Existia a notícia de seis mortos, mas não houve confirmação, mesmo porque o tempo era exíguo para apurar a veracidade com cuidado. (Galvão, 2015, p.114)

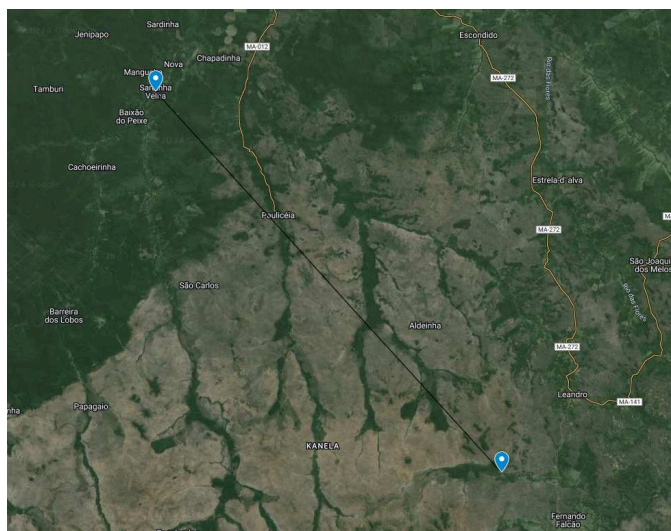
Figura 7 - Ruínas da Aldeia Velha no ano de 2019



Fonte: Vestígios do Brasil, 2019

Em 12 de julho, um time de profissionais do Serviço de Proteção ao Índio, composto por Pedro Lemos, Bento Vieira e Virgílio Galvão, em companhia do prefeito de Barra do Corda, deslocou-se até a Aldeia dos Canelas utilizando um jipe, após uma extensa negociação com os residentes locais que bloqueavam a única via de acesso. Os representantes do Serviço conseguiram convencer os Canela a desocuparem suas terras em prol de sua própria segurança. Na terça-feira subsequente, no dia 16, os Canelas foram transferidos para a reserva federal dos Guajajara, situada no Posto Sardinha.

Figura 8 - Mapa da distância entre as aldeias Velha e Sardinha Velha



Fonte: Google My Maps

Mirandinho e Francisquinho, tendo testemunhado de perto a evolução do movimento messiânico, o furto de gado e as várias tentativas de alerta feitas por fazendeiros e membros do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), não imputam responsabilidade pelas consequências a qualquer pessoa que não seja Maria Castelo. Eles enxergam o conflito como uma consequência de um conjunto de falsidades espalhadas pela líder messiânica. Portanto, a reação dos fazendeiros estaria associada às despesas ocasionadas pelo furto de gado, uma perspectiva que Satú Canela não partilha:

Essa briga de fazendeiros com os Canela no passado, é do jeito que está indo, é olho grande. Se eu vejo uma coisa bonita no chão, sem dono, para eles é abandonado, mas para a gente não. A gente coloca ali para ser visto, para ninguém tocar, é a terra. Muita gente diz que aquele ataque foi por conta do gado, mas ninguém roubava gado aqui não. Tinha uma índia chamada Maria Castelo que naquela época, em 1963, que tinha o feto na barriga dela que falava com ela, que era tipo Jesus, então foi enganação dessa índia que fazia muita coisa que não cabia a comunidade, só cabia a ela. E assim, tínhamos uma área muito fértil, para criar gado, para plantio, e o jeito que tinham era tomar a terra dos Canela para criar gado e plantar. Aí, o filho de um dos primeiros moradores daqui que se chama Estevão, aqui do Leandro, ele tinha um filho que se chamava Messias. Ele rodou, rodou até achar os cangaceiros para atacar os Canela, e conseguiram. (Satú Canela, 2023)

A perspectiva de Satú também encontra eco com diversas documentações fixadas no Relatório Figueiredo, que aborda o episódio da Chacina durante os inquéritos de 1967 da seguinte forma: “Citaremos, entre outros [massacres] as chacinas do Maranhão, onde fazendeiros liquidaram toda uma nação, sem que o SPI opusesse qualquer reação. Anos depois o Departamento Federal de Segurança Pública tomou a iniciativa de instaurar inquérito, em vista da completa omissão do SPI”. (Relatório Final, p.6)

Após o massacre, a longa matéria do *Jornal do Dia* (1963), anexado aos autos do processo de 67, discorre sobre os problemas envolvendo indígenas e fazendeiros, trazendo a perspectiva defendida por Satú, conforme evidenciado no artigo do *Jornal do Dia*, de 30.07.1963:

O que está ocorrendo no Maranhão é um problema antigo e comum a todos os outros Estados. Com a valorização da terra, os índios que, mesmo amparados pelo art. 216 da constituição, não tem suas glebas cercadas e nem demarcadas, tem-nas invadidas pelos fazendeiros. Os proprietários usam, para tanto, de um artifício: fazem com o que seu gado destrua a lavoura dos índios, que, não tendo outra fonte de subsistência, com o escasseamento da caça, são obrigados a revidar, isto depois de pedir, inutilmente, a indenização a tais pessoas. Esse é o pretexto a que se apegam para investir contra o selvagem, visando exterminá-los, como se deu no Maranhão. Inventam que estão sendo roubados e trucidam os aldeados. Temos notícias oficiais de dois ataques, um à aldeia dos “canelas” e outro, no povoado e Frades, aos “gaviões”. Ao nosso ver, esses incursos obedeceram a plano prévio, pois se deram quase na mesma data.²⁶

A visão compartilhada por Mirandinho e Francisquinho, também presente entre outras pessoas mais velhas da aldeia, pode ser compreendida a partir das experiências que somente eles testemunharam durante o período em que Maria Castelo liderava. Seguindo a linha de raciocínio de que, caso não tivessem aderido à liderança da profetisa, as retaliações poderiam ter sido evitadas. No entanto, os três entrevistados concordam quando se trata do sentimento de desilusão em relação aos órgãos de proteção aos indígenas durante o período de exílio na aldeia Sardinha, conforme expressa Mirandinho em seu relato:

Depois que ocorreu o ataque, nós fomos para a Barra, ficamos na Barra por 2 dias, aí o prefeito da Barra mandou nós para a Sardinha (aldeia Sardinha), levava 20 gados de caminhão, pra ajudar nós... 3 carradas de arroz, 3 carradas de farinha, todo sábado eles iam deixar para nós. Isso até 1 ano, ajudando nós com o que comer, carne de gado, farinha... mas aí depois de 1 ano, eles largaram nós. Nós passamos 6 anos na Sardinha e depois nós saímos pra cá, porque não deu pra ficar lá, não tinha o costume, não tinha como ficar dentro da mata. Era tudo diferente daqui, aqui tu vê o vento correndo bonito, né? E lá não, era só mato, não tinha vento. Era quente... era muito ruim. Eu sentia lá, com uns 24 anos... aí quando foi uns anos depois eu saí de lá, fui para o Rio de Janeiro. Mas voltei... não demorou muito nós viemos pra cá, nisso parece que morreram 12 velhos, morreram de quente, porque não tinha o costume. (Mirandinho, 2023)

As informações compartilhadas por Mirandinho a respeito das dificuldades de adaptação e da escassez de medicamentos encontram respaldo nos relatórios mensais elaborados por Virgílio Galvão, responsável pelo Posto Uirá. Nos relatórios, é documentado o preocupante quadro de saúde dos indígenas, indicando o falecimento de duas crianças e um

²⁶ Ataque às aldeias são atos de verdadeiros banditismo. *Jornal do Dia* (MA), 30 jul. 1963.

idoso no mês de abril de 1966.²⁷ A decepção dos indígenas, no entanto, não é alinhada somente à falta de fornecimento de alimentos ou medicamentos relatados após o ano de 1965, mas sim à falta de providências das autoridades para garantir o retorno dos indígenas a sua terra de origem, como retrata a notícia divulgada na capa do Jornal do Commercio de 6 de dezembro de 1964:

Esta é a situação dos últimos remanescentes dos orgulhosos Canela da grande nação Timbira do Maranhão. Uma comissão de inquérito da Aeronáutica esteve em Barra do Corda para apurar responsabilidades, mas até agora - passado um ano - nada foi concluído e a paciência dos índios está se esgotando. Sabem que vão morrer se voltar sem cobertura oficial, mas estão dispostos a isso, pois nada fará abrir mão da terra que sempre foi deles. O trabalho de proteção aos indígenas na região do Maranhão não é feito com o mesmo carinho, a mesma cobertura oficial, a mesma dedicação com que são atendidos os índios do parque do Parque Nacional do Xingu sob a responsabilidade dos famosos irmãos Vilas-Boas, o que é lamentável, pois os Timbiras todos em suas ramificações são condenados ao desaparecimento prematuro. Vão as autoridades permitir que uma raça condenada morra longe dos túmulos de seus antepassados?²⁸

O artigo, intitulado “Fazendeiros matam índios para roubar-lhes a terra”, relata também o testemunho de Pedro Gregório,²⁹ líder dos Canela, que teria sido recebido pelo presidente Castelo Branco. Ele teria constatado que a volta dos indígenas para suas terras de origem poderia ser inviável devido à presença persistente dos fazendeiros que já haviam ocupado as terras. As informações apresentadas na manchete não apenas destacam o poder dos fazendeiros na região do sertão maranhense, mas também apontam para a falta de responsabilização pelo que ocorreu, como revelado pela Comissão de 1967, por meio do depoimento de Luiz de França Pereira, chefe da seção de patrimônio indígena:

O SPI nunca conseguiu colher bons frutos do seu árduo trabalho, devido à potência dos inimigos. (...) foi solicitada a prisão de Miguel Veríssimo, chacinador de índios Canela, na invasão do Posto Uirá, Aldeia do Ponto, no Estado do Maranhão. O facínora esteve preso, mas foi solto e permanece até hoje na impunidade. (...) Nesse episódio, a solução encontrada pelo Diretor Geral do SPI, à época, foi o deslocamento dos Canelas para a Aldeia Sardinha, junto à Barra do Corda, como única maneira para preservar-lhes os remanescentes. (vol. 24, pag. 5778)

Com o objetivo de apurar as irregularidades cometidas pelo Serviço de Proteção ao Índio, no período da Ditadura Militar, o volume 26 do relatório Figueiredo inclui a declaração de defesa com documentos anexados de Moacyr Ribeiro Coelho, então diretor do SPI na época da chacina. Assumindo o cargo de diretor no ano de 1961, Moacyr constatou

²⁷ Relatório disponível em:

https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&Pesq=capit%e3%a3o%20uir%e3%a1&id=53414005918086&pagfis=7186

²⁸ Jornal do Commercio, Manaus, ano 1964, n. 156, p. 5, 6 dezembro 1964.

²⁹ Pedro Gregório encontrava-se entre os indígenas da etnia Canela submetidos à detenção no Reformatório Krenak, em virtude de ter realizado deslocamentos sem a devida autorização por parte dos responsáveis do Posto Indígena Uirá.

rapidamente que, da forma que estava estruturado, o SPI não poderia cumprir as suas tarefas específicas. Dessa forma, o baixo nível de funcionários teria sido a principal causa da falência do serviço, motivo pelo qual os funcionários seriam presas fáceis dos grandes interessados na exploração do índio, particularmente daqueles que viam nas terras de patrimônio indígena uma forma de enriquecer.

Acusado de omissão criminosa no caso do massacre dos Canela pelos fazendeiros, as denúncias alegavam que a transferência dos indígenas da aldeia do Ponto para a aldeia Sardinha teria ocorrido antes mesmo do massacre, com o propósito de beneficiar os fazendeiros da região. E de que, posteriormente ao massacre, o diretor não teria tomado qualquer providência para punir os responsáveis. A inquirição datada de 06 de maio de 1968, após a extinção do SPI e a fundação da FUNAI, conclui que ambas as acusações são dadas como infundadas, visto que o ataque aos indígenas seria a prova clara de que a transferência teria ocorrido somente após o ataque, conforme descreve:

“Em decorrência dos assaltos e da destruição da aldeia, até que os ânimos se acalmassem, é que os funcionários do SPI recolheram os índios que estavam fugidos, e conduziram para a aldeia dos Guajajaras. Portanto, diga-se ainda que o defendente só chegou a Barra da Corda depois da transferência, que foi feita – e muito bem feita – pelos próprios servidores do SPI. E efetivamente aprovou a ação dos meus funcionários, uma vez que os Kanelas não tinham como permanecer no Ponto em razão da destruição total das suas roças e moradias. Além do mais, a prudência indicava a medida até que os ânimos se arrefecessem”. (Relatório Figueiredo, vol. 26, fls 6113 – 6167)

O relatório Figueiredo também fornece informações adicionais relevantes. Antes de sua passagem por Barra do Corda, o diretor do SPI havia se encontrado com o Governador Newton Belo, instando-o a abrir um inquérito policial apropriado. O Governador concordou com a solicitação e prometeu enviar com urgência um oficial da polícia militar para Barra do Corda, uma vez que não havia autoridade policial na cidade naquela época. Além disso, o Ministro da Agricultura já havia enviado um telegrama ao Governador, solicitando a abertura do inquérito no mesmo período. Esses detalhes ressaltam os esforços empreendidos pelo SPI e pelo Ministério da Agricultura para investigar os eventos em questão.

A análise do Relatório Figueiredo também esclarece que o diretor do Serviço de Proteção ao Índio, com base em Barra do Corda, teria renovado o pedido em questão por mais duas vezes, sem obter resposta do Governador. Isso lança uma nova luz sobre a alegação de "omissão criminosa". No entanto, um documento anexado ao relatório revela que o jornal "Jornal do Dia", datado de 31 de agosto de 1963 e apresentou uma notícia intitulada "O governador maranhense cruzou os braços," destacando a inação do Governador do Estado

como a razão pela qual Miguel Veríssimo permaneceu impune. Esses detalhes adicionais ressaltam a complexidade da situação e as diferentes perspectivas sobre a resposta das autoridades na época, conforme a manchete³⁰:

O Cel. Moacyr Ribeiro sugere a concentração das tribos em áreas próprias com a criação de cooperativas. A experiência deverá iniciar-se com a junção dos Guajajaras e Canelas, no sertão maranhense, vítimas os últimos de ataques por parte de bandoleiros armados. A SUPRA caberá dar destino às terras que forem evacuadas pelos índios, conforme pleiteia o relatório, expulsos, para tanto, os “grileiros” e invasores. (...) Referindo-se a dizimação dos canelas, o Cel Moacyr Ribeiro adiantou ter sido a mesma comandada pelo pistoleiro Miguel Veríssimo. Para a consumação do crime, o bandoleiro recebeu 800 mil cruzeiros de latifundiários da região, ao que apurou o inquérito do SPI. (...) Consta que nada de positivo foi determinado contra os culpados, apesar do pedido, formulado pelo Ministério da Agricultura, ter sido enviado ao governador maranhense. Veicula-se que o que o criminoso, depois dos ataques às aldeias, continua gozando do melhor no povoado de soledade, distrito de Tuntum. (Vol 26, p. 6229)

Figura 9 - Manchete Jornal do Dia



Fonte: Acervo Online Museu do Índio

O saque dos recursos deixados pelos indígenas após sua partida revela um cenário de injustiça e apropriação desenfreada das terras por parte dos fazendeiros. Essa situação resalta a frustração presente no relato de Satú Canela em relação à falta de responsabilização dos

³⁰ Página da manchete fixada no Relatório Figueiredo, disponível na plataforma virtual do Museu do Índio. https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&pagfis=217519

fazendeiros e pistoleiros que desempenharam um papel fundamental no episódio. Além disso, reforça a sensação de que os culpados não foram devidamente punidos, deixando uma ferida aberta na Aldeia e aprofundando as tensões entre os povos indígenas e os não-indígenas, conforme o entrevistado:

Depois desse massacre, a terra ficou abandonada, só os brancos moradores daqui comeram tudo que índio deixou aqui: Mandioca, arroz, abóbora, inhame, batata, fava, feijão. Algumas plantações ainda permaneceram nas roças, mas eles retornaram para colher o que restou, dizendo: “agora vamos voltar, não tem ninguém mais lá não, a terra agora tá abandonada.” E foi desse jeito que tudo que a gente deixou plantado na Aldeia Velha, no Baixão Preto, no Riacho... o branco comeu tudinho. (Satú Canela, 2023)

Apesar da ocupação das terras indígenas por parte dos sertanejos, é relevante destacar os esforços dos colaboradores do SPI em suas tentativas de remover os invasores das áreas delimitadas por Curt Nimuendajú³¹. Essa ação pode ser verificada em relatórios datados de 1965, elaborados pelos responsáveis do posto Uirá, arquivados no acervo do Museu do Índio.

Após percorrer os lugares pontos, verificamos existir roças feitas por civilizados nos seguintes lugares: dois riachos 40 linhas, São Vicente 80 linhas, sendo os proprietários as seguintes pessoas: em São Vicente Aldenor Ferreira de Sousa (Filho do Vereador Messias Ferreira de Souza) Vicente Inácio, José Leandro (...) cujas roças medem uma área de 132 linhas, ou seja, 44 hectares. Quanto a uns que estavam no local que tínhamos certeza de estarem dentro da área dos índios canelas, fizemos uma intimação e autorizamos suspenderem seus iços, pelo o que fizeram obedecer. Falando nos que trabalham na Aldeia Velha (São Vicente), não quiseram suspender e não tínhamos força para isto por não termos a certeza se estavam ou não dentro da referida área, pelo o que solicitamos, a chefia que nos forneça um mapa da área demarcada pelo Dr. José Monteiro, pois quanto a demarcação feita pelo Dr Curt Nimuendajú ainda temos um mapa aqui que nos fornece algumas indicações. (...) Segundo temos ouvido dizer que essa invasão é comandada por Messias Ferreira de Souza (Candidato a vice-Prefeito), que segundo dizem ofereceu terras nas proximidades da área do Posto Cap. Uirá (Aldeia/Ponto), o que porém não afirmamos, pois no sertão os boatos são muitos. Contudo, pedimos instruções a essa chefia a respeito do assunto em apreço.³²

Apesar de ter sido conduzida uma investigação sobre a chacina pelo procurador de Estado nos anos de 1967 e 1968, o relatório não resultou em qualquer tipo de punição para os responsáveis envolvidos no dia do ataque. As acusações de crimes dirigidas ao diretor do SPI foram comprovadas como falsas, sendo feitas por indivíduos ligados à política que tinham

³¹ Curt Nimuendajú conduziu estudos e atividades em prol dos povos indígenas Memortumré e outros grupos Timbira entre 1929 e 1936, desempenhando o primeiro levantamento destinado à delimitação oficial do território Canela.

³² Relatório disponível em:

https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&Pesq=alvaro%20villas&id=53414005918086&pagfis=7081

interesses em explorar os recursos do patrimônio indígena. Viam o diretor, que lutava pelas melhorias do SPI, como um obstáculo aos seus próprios interesses. Considerando a inocência das acusações em paralelo com o comportamento dos outros funcionários durante o ataque, é possível perceber que a dinâmica do SPI no Maranhão difere da de outros estados. No posto indígena de Barra do Corda, havia funcionários comprometidos com a causa indígena, mas a falta de recursos e o descaso com a política indigenista limitaram a eficácia de sua atuação diante do ataque. Essa circunstância pode explicar as aparentes inconsistências presentes nos depoimentos dos entrevistados. Embora critiquem a atuação do SPI após a morte de Cândido Rondon, eles expressam profundo respeito pelos funcionários do órgão, como exemplificado na fala de Mirandinho:

Tempo de SPI... Tempo do nosso chefe que se chama Olímpio Cruz Tavares, que foi morto em Brasília. No tempo que eu vivi na aldeia velha, nós vivíamos por nossa conta mesmo, praticamente nem tinha mais SPI lá, só tinha o nosso chefe de posto pra visitar a gente e voltava. (...) Mas quando teve o conflito, tivemos a ajuda do prefeito, do nosso chefe de posto, que vieram da Barra e nos tiraram daqui. O prefeito impediu que os fazendeiros matassem mais índios, e junto com nosso chefe de posto, impediram uma tragédia maior. (Mirandinho, 2013)

O início do processo de demarcação da Área Indígena Kanela, no final da década de 1960, representou um marco significativo nas dinâmicas entre os Memortumré, os diversos setores da comunidade rural, incluindo criadores de gado, vaqueiros e residentes de fazendas, bem como os habitantes urbanos do centro-sul do Maranhão. Esse momento também sinalizou uma nova fase nas interações com as instituições de tutela e desenvolvimento. A demarcação das terras indígenas prometia uma oportunidade de reconhecimento e proteção dos direitos dos indígenas, enquanto simultaneamente inaugurou um período de ajustes e tensões nas relações com outros grupos da região.

Durante a década de 70, a FUNAI assumiu um controle mais rígido sobre as terras e as Aldeias indígenas, alinhando-se com a orientação política do regime militar e suas estratégias de desenvolvimento a longo prazo. Isso incluiu a incorporação das políticas e programas de desenvolvimento regional. O próprio contexto da extinção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em parte explica a militarização da abordagem em relação aos assuntos indígenas, bem como a sua submissão às políticas de desenvolvimento implementadas pelos governos militares sucessivos. Isso resultou em uma época de mudanças e tensões nas políticas indígenas, à medida que os interesses dos povos indígenas frequentemente entraram em conflito com as prioridades de desenvolvimento do governo.

A análise do posicionamento adotado pela Ditadura Militar em relação aos povos indígenas e aos projetos de desenvolvimento, juntamente com a compreensão do impacto

social e cultural experimentado pelo povo indígena Canela momentos antes do início desse período, como foi abordado neste capítulo, nos permite adentrar no contexto específico da implementação de projetos de desenvolvimento promovidos pela FUNAI nas terras indígenas Memortumré durante os anos finais da Ditadura Militar. Isso nos possibilita uma visão mais aprofundada sobre como esses projetos afetaram diretamente o povo indígena Canela e suas condições de vida, ressaltando a relevância de examinar as interações complexas entre as políticas de desenvolvimento e os povos indígenas nesse período histórico.

4- TRAJETÓRIA DOS CANELA MEMORTUMRÉ NAS DÉCADAS DE 70 E 80: VIVÊNCIAS E IMPACTOS DOS PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS

Na esfera do indigenismo regional nas décadas de 70 e 80, observou-se uma intensificação e politização dos conflitos intersocietários no centro-sul maranhense, especialmente em relação ao processo de demarcação de terras indígenas nessa localidade. As mudanças ocorridas no âmbito do órgão tutelar, a partir de meados da década de 80, marcando o fim da Ditadura Militar e a adoção de novos parâmetros decorrentes do processo de redemocratização do país, são também objeto de análise nesta seção. Esse contexto implica a participação de lideranças indígenas, agentes tutelares e segmentos regionais³³. As referidas mudanças foram acentuadas pela presença e atuação de agências de desenvolvimento incumbidas da implementação de programas e projetos na Amazônia Oriental, gerando impactos específicos nas Aldeias indígenas no estado do Maranhão.

4.1 Transformações sociais e institucionais: Os Canela no contexto pós-exílio e a inserção da FUNAI no Maranhão

A caracterização da fase inicial do período de fundação da FUNAI residia na determinação do governo em instituir uma nova abordagem indigenista, alinhada aos parâmetros governamentais estabelecidos durante a gestão de Costa e Silva. Nesse contexto, o desenvolvimento e a integração da Amazônia assumiram um papel de destaque nas políticas do Estado. Tal direcionamento propiciou que a questão indígena alcançasse uma proeminência significativa, obtendo visibilidade tanto em âmbito nacional quanto internacional. Conseqüentemente, as problemáticas envolvendo os povos indígenas tornaram-se objeto de atenção e preocupação por parte do Estado.

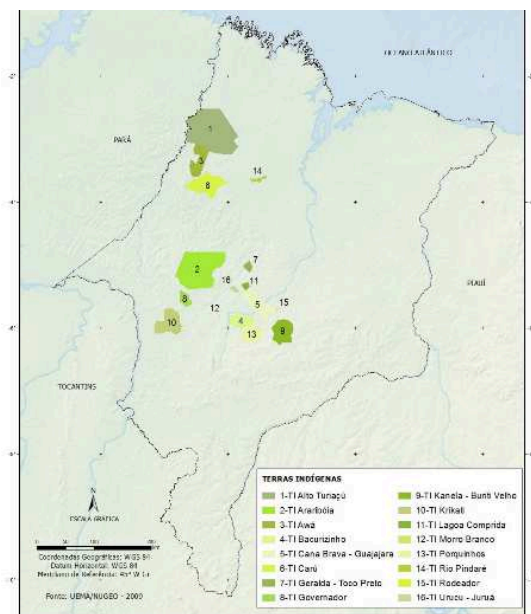
Buscando elevar o nível de profissionalismo de seus quadros, a instituição promoveu cursos de formação em indigenismo, ministrados por antropólogos, agrônomos e outros profissionais alinhados a tais propósitos. Até o ano de 1985, cerca de duzentos profissionais foram capacitados por intermédio da realização desses cursos. Essa nova geração, na qual muitos ascenderam a posições na estrutura tutelar, diferenciava-se dos antigos sertanistas remanescentes do SPI que foram integrados à FUNAI.

A FUNAI, como agência tutelar e de desenvolvimento, evidenciou as contradições do Estado autoritário ao proteger as terras e demais interesses indígenas, enquanto simultaneamente adotava uma postura conciliatória em relação às políticas e programas de

³³ Relacionado aos setores econômicos como agricultura e agropecuária.

desenvolvimento. Conforme esclarecido por Oliveira (2006), no que diz respeito à atuação da FUNAI no Estado do Maranhão, notadamente na região centro-sul, essas contradições se manifestaram de maneira marcante, alternando entre apoio aos grupos indígenas e favorecimento dos interesses regionais. Entre meados da década de 1970 e o início dos anos 1980, em decorrência da gestão assertiva da administração e da ativa participação dos povos indígenas, a quase totalidade das terras indígenas no Maranhão foi demarcada administrativamente. Paralelamente, durante esse período, a agência indigenista também empreendeu esforços para promover a implementação de projetos desenvolvimentistas, os quais se concretizaram na década subsequente.

Figura 10 - Mapa das terras indígenas demarcadas no Maranhão



Fonte: UEMA/NUGEO

Para Crocker (1990), o período da Ditadura Militar enfraqueceu o poder dos criadores locais no Maranhão. Ao longo da permanência dos Canela na floresta, os fazendeiros proferiram ameaças e ocuparam porções do território nativo dos indígenas. Contudo, o golpe militar de 1964 fortaleceu o serviço federal indígena e instigou receio entre os fazendeiros. Apesar de alguns terem expandido suas propriedades para áreas próximas à Aldeia do Ponto em junho de 1964, cessaram, em junho de 1966, a aquisição de terras adicionais para atividades agrícolas no território dos Canela, temendo as possíveis ações das forças militares. O governo federal deslocou um batalhão de engenheiros para Barra do Corda, com o propósito de construir uma ponte sobre o Rio Mearim e melhorar as vias da região. A eventual invasão das terras dos Canela pelos fazendeiros poderia resultar na convocação dessas tropas locais pelo serviço indígena, visando compelir a retirada dos sertanejos.

Com o início do processo de demarcação das terras dos Canela, iniciado no final da década de 60, os pecuaristas deslocaram a questão para a cidade de São Paulo, gerando um impasse que provocou a resposta do serviço indígena. Em 1971, o delineamento das terras estava em andamento, e até 1972, o processo legal havia sido integralmente concluído para uma extensão de 125.212 hectares. Na visão de Crocker (1990), a derrota legal dos fazendeiros ocorreu em parte devido ao conflito anterior com os Canela em 1963³⁴. A demarcação resultou na ampliação da posse territorial dos Canela em relação ao cenário de 1963.

No desfecho da década de 70, observaram-se outras transformações, sendo uma delas a implementação do rádio transmissor em Escalvado no final dessa década, o que facilitou a comunicação entre o posto da aldeia e as equipes da FUNAI estabelecidas em Barra do Corda e São Luís. As modificações nas rotas de transporte e aprimoramento das estradas geraram impactos tanto positivos quanto negativos. Anteriormente, até meados da década de 70, muitos indígenas enfrentavam a perspectiva de óbito devido a doenças que requeriam intervenções cirúrgicas, como a apendicite aguda, devido às dificuldades de deslocamento até a cidade de Barra do Corda, além da presença de cirurgiões apenas em hospitais localizados em outras cidades, como São Luís. Com o final da década de 1970, ocorreram mudanças significativas nas condições das estradas e nos meios de transporte, impactando de maneira substancial as expectativas do povo Canela. Contudo, a facilitação do acesso à Terra Indígena Kanela, decorrente do progresso das estradas, também acarretou desafios, incluindo a invasão de madeireiros e caçadores, conforme relatado por Satú:

Depois que melhoraram as estradas, isso só vem se intensificando de uns tempos pra cá, invasão de área, caçador vindo pegar filhote de papagaio, estaca, etc... já avisamos a FUNAI e outros órgãos responsáveis pelo povo indígena e meio ambiente em geral. Se faz documento humano (documento escrito), mas não sei se de fato acontece alguma coisa para tomarem providência, ou se esses documentos ficam guardados na gaveta, porque a invasão continua. Aqui quando nos reunimos para uma festa indígena, para fazer pintura, eles devem dizer “ah, os índios estão todos reunidos na festa, vamos aproveitar para caçar” e aí invadem pra matar tatu, paca, veado, jacú, e a gente fala “Vocês não sabem que essa terra é do índio? Não pode entrar, é federal, é do governo”. (Satú, 2023)

Conforme destacado por Crocker, os Canela vivenciaram uma significativa queda em seu ânimo durante o período em que estiveram exilados em Sardinha, adotando uma estratégia de greve que envolvia a abstenção de preparar o campo para o plantio. Esta medida

³⁴ Esta constitui a primeira demarcação oficial de terra indígena realizada pela FUNAI no Estado do Maranhão. Para Oliveira (2006), essa medida pode ser interpretada como uma forma de reparação pelos ataques sofridos por esse povo, perpetrados por criadores locais em 1963.

foi empregada com o objetivo de persuadir o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) quanto à necessidade de seu retorno às terras de origem.

Crocker também atribui a restauração dessa "autoestima" ou "ânimo" dos Memortumré a diversos elementos: 1) O retorno às suas terras tradicionais no cerrado, após um período prolongado de residência na Aldeia Sardinha. 2) A prática da caça e pesca que experimentou uma notável abundância em virtude da ausência dos indígenas por um período superior a cinco anos. 3) Os fazendeiros do povoado de Leandro e das regiões próximas perderam o acesso às terras dos Canela devido à má reputação que angariaram perante a população de Barra do Corda, resultante dos conflitos ocorridos durante o movimento messiânico de 1963. 4) A atuação mais ativa da FUNAI, notadamente a partir de 1970-71, foi marcada pela implementação efetiva da infraestrutura de apoio aos Canela, evidenciada pela construção da nova sede do posto indígena e estruturas adjacentes. Essas iniciativas representaram uma mudança significativa na visão dos indígenas sobre o compromisso da FUNAI em promover o seu bem-estar e a autonomia. 5) Por último, destaca-se a finalização da construção da estrada entre a terra indígena Canela e a sede municipal de Barra do Corda, realizada pelo Batalhão de Engenharia do Exército. Considerando esses elementos de maneira conjunta, segundo a perspectiva de Crocker³⁵, eles teriam desempenhado um papel significativo "no reerguimento do ânimo" dos Memortumré.

Na visão de Oliveira (2006), as alterações em questão revelam de maneira inequívoca o processo pelo qual se torna evidente a ênfase conferida pelo Estado brasileiro, na década de 70, à prestação de assistência aos Memortumré-Canela, como uma "vitrine" da política indigenista oficial durante a Ditadura Militar. Ao referir-se à edificação do posto indígena "General Bandeira de Melo", inaugurado em 1970 nas proximidades da Aldeia Escalvado dos Memortumré, Oliveira explana sobre a influência dessas estruturas físicas na unificação dos Canela Memortumré. Antes da eclosão do "movimento messiânico de 1963", os Memortumré, então sob a administração do SPI, estavam dispersos entre a Aldeia Velha, Baixão Preto e Campestre. A sede original do Posto Indígena "Capitão Uirá", inicialmente estabelecida na Aldeia do Ponto, havia sido transferida para Baixão Preto e Campestre. Durante o movimento, essas aldeias foram parcialmente abandonadas, enquanto os Memortumré se concentraram na Aldeia do Ponto, sendo ocasionalmente visitadas por funcionários do SPI.

³⁵ Crocker, 1990: 79-80

Com o retorno dos Memortumré do "exílio" na Aldeia Sardinha em 1969 e o início da demarcação desse território, foi estabelecido um novo posto indígena a aproximadamente 300 metros da Aldeia Escalvado, contando com: sede do posto, casa de escola, enfermaria, "casa de força" e alojamento para os trabalhadores braçais. A implementação dessas infraestruturas e a presença da FUNAI parecem ter desempenhado um papel crucial na preservação da concentração dos Memortumré na Aldeia Escalvado. Essa dinâmica, por sua vez, minimizou as disparidades faccionais políticas presentes entre antigos líderes, relegando tais diferenças a um plano secundário.

Nesse período, foram estabelecidos novos postos indígenas para a administração de outros grupos Timbira no estado do Maranhão: o Posto Indígena Krikatí, localizado na Aldeia São José dos Krikati, e o Posto Indígena Governador, adjacente aos Gavião-Pukobyê, implantados entre 1973-74. A presença operacional desses postos indígenas não apenas viabilizou a monitorização territorial, mas também facilitou a prestação de assistência a esses grupos, consolidando as bases cruciais para a subsequente demarcação de suas respectivas terras indígenas.

4.2 Reconfiguração socioeconômica e cultural: Impactos no modo de vida Canela com o convênio CVRD-FUNAI

Conforme apontado por Oliveira (2006), a gestão da FUNAI na década de 1970 foi pautada pelos princípios políticos do governo militar. Isso se refletiu na integração dos programas de longo prazo da FUNAI às estratégias de desenvolvimento regional. A extinção do SPI, de acordo com o autor, desempenhou um papel importante ao militarizar a abordagem indigenista, submetendo-a às políticas de desenvolvimento dos governos militares subsequentes.

Entretanto, as instituições financeiras internacionais passaram a demandar uma nova postura do Brasil em relação às questões ambientais. A realização de estudos de impacto ambiental tornou-se um requisito fundamental para obter financiamento de projetos. Nesse mesmo período, organizações não governamentais e entidades ambientais internacionais, como o World Wildlife Fund (WWF) e a Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), estabelecidas no Brasil, também passaram a reivindicar participação nas decisões relacionadas ao meio ambiente.³⁶

³⁶ As informações sobre as mudanças relacionadas a políticas ambientais na década de 70 faz parte das discussões feitas por Henkes (2014), que explica que o objetivo da parceria por parte dessas entidades era a adoção de estratégias internacionais de conservação ambiental.

A implementação do Programa Grande Carajás integrou como um dos seus elementos iniciais o Projeto Ferro-Carajás, uma iniciativa desenvolvida pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Este programa foi estabelecido no Maranhão no início da década de 70 e, devido a cláusulas contratuais com o Banco Mundial, financiador do Projeto, foi estabelecido um programa específico de suporte às Aldeias indígenas afetadas pela execução do Ferro-Carajás. Conseqüentemente, houve a formalização de um acordo entre a CVRD e a FUNAI, com um aporte financeiro estimado em treze milhões e seiscentos mil dólares. Inicialmente, a FUNAI delineou um projeto sucinto, visando direcionar esses recursos, principalmente, para a manutenção de postos indígenas, construção e aquisição de equipamentos.

Com isso, Magalhães (1990) conclui que a dimensão antropológica não era uma preocupação primordial nem fazia parte dos objetivos imediatos do Projeto de Assistência, que não contemplava a demarcação imediata das terras indígenas. A mudança nesse cenário apenas se concretizou em resposta à pressão exercida por organizações nacionais e internacionais. Essa pressão levou a CVRD a buscar colaboração da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), solicitando o auxílio de antropólogos e médicos para avaliar a programação inicial do projeto.

Oliveira (2006) destaca que o Projeto Ferro-Carajás (PFC) e Programa Grande Carajás (PGC) representaram o ponto de partida para uma nova fase de expansão regional, atraindo investimentos nacionais e estrangeiros, bem como empreendimentos industriais e agropecuários para toda a região leste da Amazônia, especialmente no Estado do Maranhão. Embora situada em uma área considerada de "impacto indireto" desses projetos, a região centro-sul do Estado tem experimentado mudanças significativas tanto no âmbito econômico quanto social ao longo das últimas décadas. Essas transformações têm apresentado novos desafios para a manutenção da identidade étnica dos povos indígenas na região, em particular para os Memortumré-Canela.

Desse modo, devido aos prejuízos ambientais e socioculturais enfrentados pelos povos indígenas no Estado do Maranhão durante os anos 1980, os Canela Memortumré se envolveram em iniciativas de desenvolvimento por meio de um acordo entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a FUNAI. Esses projetos estavam alinhados com os interesses de desenvolvimento do Brasil, como o Projeto Ferro-Carajás (PFC) e o Programa Grande Carajás (PGC), os quais contemplaram a construção de uma roça comunitária e melhorias na infraestrutura local (construção de uma cantina, ofertas de equipamentos para construção, etc...). Esses esforços foram vistos como oportunidades para aprimorar a qualidade de vida

desse grupo, influenciando, conforme observado por Oliveira (2006), a emergência de novos eventos messiânicos.

O Convênio entre CVRD e FUNAI foi estabelecido em 1982, estendendo seus benefícios aos Memortumré e a outros grupos da região a partir de 1984. De acordo com Oliveira (2006), durante a fase inicial do Convênio CVRD-FUNAI (1982-1983), quando os recursos desse acordo foram direcionados exclusivamente aos grupos situados na área classificada como "impacto direto" pelo Projeto Ferro-Carajás e pelo Programa Grande Carajás, houve confrontos internos e externos entre as lideranças indígenas, os agentes tutelares e outros ligados às agências de proteção indígena.

As informações acerca da disponibilidade de recursos financeiros destinados aos grupos indígenas no Maranhão se difundiam entre as aldeias, recebendo distintas reações por parte de cada grupo. No contexto dos Guajajara, a parceria estabelecida entre a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) desencadeou rupturas internas e o surgimento de diferentes facções dentro das respectivas aldeias. Conforme Cedi (1986), o Padre Carlos Ubialli, então vice-presidente do CIMI (Conselho Indigenista Missionário)³⁷ em 1985, expressou preocupações significativas para uma coluna no Jornal "O Imparcial", publicada em 5 de abril de 1985. Ele alegou que a maneira como o convênio estava sendo administrado interferia nas estruturas indígenas de equilíbrio e igualdade.

Com a implementação do convênio, houve uma transição gradual na qual as lideranças indígenas passaram a exercer uma pressão substancial sobre a representação da agência tutelar no Maranhão, buscando apropriar-se diretamente desses recursos ou direcionar sua aplicação de acordo com suas prerrogativas. No contexto dos Guajajara, o Padre Carlos argumentou que os indígenas estavam motivados a demonstrar ao mundo capitalista sua capacidade de "produzir" e realizar as mesmas atividades que os não indígenas. Nesse contexto, a preocupação do padre estava intrinsecamente ligada à influência do convênio na possível reprodução de dinâmicas de acumulação e estratificação presentes no sistema capitalista, como afirma o jornal:

Os Guajajaras, compelidos pelo dinheiro de Carajás, conforme Padre Carlos, além de se dividirem em muitas facções, querem mostrar ao mundo capitalista que também sabem "produzir" e fazer as mesmas coisas que os brancos. Nessa perspectiva provavelmente "vai se reproduzir, aos poucos, no meio desse povo a

³⁷ Organização de missionários que convivem com o dia-a-dia dos povos indígenas em todo país. São leigos e religiosos que buscam com a presença solidária, o compromisso e o testemunho colocar-se a serviço da vida desses povos. Através do Secretariado Nacional e dos Regionais, o Cimi oferece aos missionários, indígenas e suas organizações apoio e assessoria nas áreas jurídica, teológica, antropológica, de comunicação, formação, educação, saúde e documentação. E edita mensalmente o Porantim, jornal especializado na questão indígena.

mesma dinâmica de competição de acumulação, de exploração e de estratificação própria do sistema capitalista”. Como consequência dessa situação, o padre Carlos alerta para a problemática da transformação dos índios em capitalistas. “E isso foi tudo planejado”, denuncia. (O Imparcial, 5/4/1985)³⁸

Esta perspectiva levanta uma inquietação relevante sobre o impacto do convênio não apenas na economia local, mas também nas estruturas sociais e culturais dos grupos indígenas. Revela-se, assim, uma preocupação sobre a preservação das estruturas tradicionais diante das influências externas, especialmente aquelas que podem replicar dinâmicas de desigualdade e acumulação associadas ao sistema capitalista.

Estabelecendo consonância com a inquietação do padre Carlos Ubialli, é relevante observar que o documento do Cedi (1986) inclui, igualmente, uma seção no periódico Porantim, veículo impresso do CIMI, que dá voz às alegações do padre Válber Konxá, representante da região do CIMI Maranhão-Góias, acerca do Programa Grande Carajás nas terras dos indígenas Krikati.

(...) Hoje, a euforia do Projeto Carajás tomou conta dos Krikati. Preocupado, o padre Válber Konxá, do Regional do CIMI Maranhão-Góias, diz que os inúmeros atrativos da movimentação agressiva de projetos agrícolas, incentivados e implementados pela 6ª Delegacia Regional da Funai em São Luís, criam necessidades que fazem os índios esquecerem, pelo menos em um primeiro momento, até mesmo de suas brincadeiras tradicionais. Válber acredita que o Projeto Carajás colocou para os índios uma quase obrigatoriedade de necessidades materiais crescentes, sempre com o objetivo de obtenção de benefícios prometidos. Promessas não faltam. Em conversa com o Porantim, o cacique Benjamim Krikati falou que “o Projeto prometeu para nós trator, roças, projetos agrícolas etc. Mas até agora não fez nada disso”. (...) As promessa de demarcação da área Krikati, feitas pela Funai, datam de 1971. A primeira proposta da área a ser demarcada foi redigida pela antropóloga Dolores Newton. Essa proposta, datada de 1975, previa a formação de um território contínuo, de 136.800 hectares, para os Gavião e os Krikati. Depois, devido às pressões de interesses regionais (políticos e latifundiários), a proposta original do território krikati foi para 85.500 hectares. (...) Na visita à aldeia Taboquinha, vimos, porém, uma clara divisão na comunidade Krikati, em relação a demarcação: as mulheres não aceitam a demarcação, com medo de conflitos; os homens estão preocupados com a construção de casas de alvenaria - uma necessidade criada pelo Projeto Ferro Carajás; e os jovens só querem saber de bicicletas e festas. Wexwa, cantador das festas Krikati, mostra-se preocupado com o fato de hoje ter dificuldades em reunir os índios no pátio central da aldeia local de reuniões e de festas. O Projeto Carajás, com injeção de dinheiro implementada em Taboquinha, vem desestruturando a resistência cultural dos Krikati. (Porantim, 1985)³⁹

A análise da presente matéria jornalística revela um cenário intrincado e preocupante, no qual os desdobramentos do Programa Grande Carajás no território Krikati transcendem a mera busca por desenvolvimento econômico. A narrativa delinea as discrepâncias entre as promessas proferidas e a realidade enfrentada pelos indígenas,

³⁸ Documento disponível em:

https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/6327_20091106_134854.pdf

³⁹ Disponível em:

<https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=4163>

ressaltando como tais empreendimentos podem instigar mudanças profundas nas dinâmicas sociais e culturais desses grupos.

Além de incorporar os mesmos padrões encontrados em outros programas de colonização, o acordo também incluía elementos e sugestões uniformizadas para todos os povos indígenas, sem examinar ou levar em conta as diferenças culturais e as particularidades desses diferentes grupos: suas distintas interações com a sociedade, variados projetos culturais, modos de vida e cosmovisões. Não houve a colaboração dos povos indígenas na concepção do projeto, e, ademais, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) não prestou esclarecimentos devidos às lideranças e respectivos grupos acerca do projeto em questão e de suas implicações.

Com relação aos Canela Memortumré, a falta de esclarecimentos e da transparência da FUNAI em relação ao CVRD-FUNAI ficou nítida ao longo dos dias em que permaneci na aldeia e nos momentos das três entrevistas. Quando questionados sobre o Programa Grande Carajás, os três entrevistados possuíam conhecimento do que se tratava, mas desconheciam a presença e o impacto do projeto nas regiões próximas de Barra do Corda, principalmente as motivações do seu envolvimento com o Convênio que passou a beneficiá-los depois de 1984. Até mesmo Francisquinho, que possuiu um grande conhecimento sobre as questões políticas e as atividades produtivas da Aldeia, afirma saber apenas o envolvimento da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), dessa forma, desconhecendo a motivação do convênio, como afirma durante a entrevista:

O projeto Carajás não chegou aqui... chegou em outras aldeias, aqui recebemos ajuda da Vale para produzir as roças, mas ninguém falava sobre esse projeto Carajás por aqui. Sei que chegou em outras aldeias, como nas terras dos Krikati. Mas aqui? ninguém nunca falou sobre impacto desse projeto não. (Francisquinho, 2023)

Para entender as transformações significativas experimentadas na região do centro-sul⁴⁰ maranhense com o advento de uma nova fase de expansão do capitalismo brasileiro, especialmente com a chegada do Programa Grande Carajás, destaca-se a análise apresentada por Martins (1997) acerca da "frente pioneira". Nesse contexto, a concepção da "frente pioneira" representa a ideia de que, na fronteira, emerge uma sociabilidade inovadora fundamentada nos princípios do mercado e na contratualidade das relações sociais. Em suas

⁴⁰ A expressão "centro-sul maranhense" designa a região que abrange territórios indígenas, comunidades rurais e sedes municipais, localizadas na Meso-região do Centro-Maranhense e na Micro-região do Alto Mearim e Grajaú. Essa área engloba as Terras Indígenas Kanela-Buriti Velho e Porquinhos-Aldeia Chinela, habitadas pelos Tenetehara e "Timbira". Além disso, compreende fazendas agrícolas e de criação, núcleos sertanejos, e as sedes municipais de Barra do Corda, Grajaú, Fernando Falcão, entre outros municípios formados a partir da divisão administrativa ocorrida nas décadas de 80 e 90.

palavras, a "frente pioneira" convoca ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida e, conseqüentemente, à mudança social. Este ambiente, conforme delineado por Martins, caracteriza-se como oposto às regiões antigas, marcadas pela escassez populacional, rotinas estagnadas e tendências tradicionalistas.

Dessa forma, Oliveira (2006) descreve que essa nova frente expansionista associada ao PFC e ao PGC resultou, a partir dos anos 70 e de maneira mais acentuada na década de 90, em uma transformação econômica e socioambiental na região de cerrados e chapadas do sul do Maranhão, com Balsas como ponto central desse processo. Nessa área, as antigas fazendas dedicadas à criação extensiva gradualmente cederam espaço para modernos empreendimentos do agronegócio, focados na produção de soja, algodão, produtos derivados da cana-de-açúcar e pecuária semi-extensiva, em sua maioria destinados à exportação.

Posteriormente, essa frente expansionista expandiu-se em múltiplas direções, alcançando, aproximadamente na metade da década de 90, a região sul do então município de Barra do Corda (atualmente Fernando Falcão). Esse processo de redefinição fundiária tem progressivamente transformado antigas posses e propriedades sertanejas em fazendas empresariais voltadas para o cultivo de soja.

Os recursos financeiros alocados nos dois primeiros anos do projeto (1982-83) foram predominantemente direcionados à implementação de infraestrutura. Não ocorreu a alocação de fundos para sustentar práticas agrícolas por meio do convênio, o qual, aliás, delineava em seu cronograma um foco na agropecuária, o que não se alinhou com as aspirações dos grupos indígenas dedicados à agricultura.

Na sua análise sobre um novo movimento messiânico ocorrido entre os Canela em 1984, Oliveira (2006) avalia que os "impactos" decorrentes PFC e do PGC, e mais especificamente do Convênio CVRD-FUNAI, sobre os Memortumré-Canela foram predominantemente influenciados pelas expectativas e concepções ideológicas internas ao grupo em relação à presença desses recursos, em vez de serem diretamente atribuídos aos investimentos realizados e aos resultados obtidos. Nesse contexto, o Convênio CVRD-FUNAI e as informações de que tais recursos alcançariam os Canela passaram a constituir um "boa-nova", como ele destaca:

Em janeiro de 1984, teria sido deflagrado de mais um movimento sócio-religioso entre os Ramkokamekra-Canela. Existem informações de que, naquele ano, as previsões para a safra agrícola eram pessimistas, em função da escassez de chuvas, especialmente durante o mês de janeiro, quando as raízes e sementes plantadas no ano anterior começavam a brotar. subseqüentes. É possível que a fome tenha assolado o grupo nesses últimos anos, em função da desorganização das roças familiares e da estiagem prolongada. É nesse contexto, diante das "notícias" da

chegada em breve dos recursos do Convênio CVRD-FUNAI aos Canela, que veio à tona o movimento messiânico Canela de 1984. (Oliveira, 2006, p. 212)

Conforme Oliveira (2006), no decorrer das atividades agrícolas em fevereiro de 1984, um grupo pertencente ao povo Canela estava envolvido na execução de tarefas agrícolas em uma área próxima ao Brejo Escuro. Durante esse período, Mii-krô relatou um encontro com uma figura autodenominada "amigo de Aukhê", descrito como "uma alma de branco". Este indivíduo afirmou ter descido do céu e se dirigiu a Mirandy. O "amigo de Aukhê" orientou Mirandy a construir um quarto para abrigar uma "mala", supostamente encontrada por Mirandy seguindo as instruções dessa entidade espiritual. Alegou-se que o conteúdo da mala representava uma contribuição financeira enviada por Aukhê, destinada a auxiliar o líder messiânico na prestação de assistência ao seu povo.

Mii-krô expressou sua satisfação e enviou mensageiros para disseminar a "boa nova" entre o povo. A entidade espiritual, referida como a "alma", instruiu Mii-krô a erigir uma "casa grande" na localidade da Lagoa do André, indicando que ali emergiria uma cidade, enquanto a Aldeia Escalvado se transformaria em uma "grande fazenda". Mirandy alegava, adicionalmente, que a referida "alma" deixaria uma mala repleta de dinheiro em dólares, que ele planejava converter em cruzeiros. Com essa quantia, pretendia adquirir um veículo automotor novo (caminhão) para a Aldeia, distribuindo o excedente entre as famílias Canela. Este cenário motivou a instauração de um movimento festivo em antecipação ao retorno do "homem de barba". No dia designado para a chegada, os Canela observavam o céu, aguardando a descida iminente do "homem de barba", concebendo-o como uma figura divina, assemelhando-se à vinda de Deus, que supostamente viria do Rio de Janeiro.

Em virtude da ausência de "Pedro Cabral"⁴¹ entre os Canela, Mii-krô determinou uma nova data para sua eventual chegada. No dia previamente estipulado, Mirandy comunicou aos membros do grupo que "Pedro Cabral" havia instruído a troca do dinheiro contido na mala em Barra do Corda, recomendando que os Canela se preparassem com sacos vazios e cestos para acondicionar as mercadorias e o dinheiro destinado a cada família. Diante dessas instruções, um caminhão e um trator foram prontamente mobilizados, e os Canela, em peso, deslocaram-se até Barra do Corda para cumprir as diretrizes repassadas por Mirandy.

Um novo revés se desenrolou quando Mii-krô, liderando um grupo expressivo de indígenas, adentrou uma agência bancária com a intenção de efetuar a "troca" da mala

⁴¹ O nome faz referência a Pedro Álvares Cabral, que figura como uma das representações sincretizadas de Aukhê empregadas pelos Canela para denotar a presença de seu herói cultural.

supostamente "enviada" por "Pedro Cabral" por dinheiro. A atuação decisiva do chefe do posto indígena resultou no descrédito do movimento perante os Canela. Diante do insucesso, uma vez que a "mala" foi aberta e revelou conter apenas uma pedra, os Canela, enfrentando a fome, regressaram à terra indígena, abandonando a empreitada. Mii-krô, isolado junto à sua família em sua área de cultivo, permaneceu por um período até ser conduzido de volta à Aldeia Escalvado pelos seus parentes.

A conexão entre a expectativa messiânica e os recursos associados ao PFC é evidente: o líder messiânico discursava sobre a iminente chegada de uma caixa contendo "dólares", que, posteriormente, seriam convertidos em "cruzeiros". As notícias referentes ao "Convênio CVRD-FUNAI" aludiam à existência de "milhões de dólares" destinados aos povos indígenas "impactados" pelo PFC. Por outro lado, a "solução" proposta pelo líder messiânico, que envolvia "buscar" o dinheiro em uma agência bancária em Barra do Corda, também guardava semelhança com o processo de transferência desses recursos às "comunidades indígenas".

Por todos esses aspectos, Oliveira (2006) conclui que entre os Memortumré, a presença dos recursos relacionados ao Convênio CVRD-FUNAI agiu como um estímulo renovado para sua esperança messiânica, a qual já havia se manifestado em momentos anteriores. Ao corresponder às expectativas de transformação nas relações intersocietárias, conforme os desígnios de Aukhê, em virtude do "contrato de aculturação" proposto pelo herói cultural para a convivência entre "índios" e "brancos", os Canela fortaleceram sua crença na eficácia de suas categorias culturais como explicação para a situação de desigualdade entre esses dois "pólos".

No ano de 1985, após serem inseridos entre os beneficiários do convênio, estava em estágio inicial de implementação uma extensa "roça comunitária" entre os Memortumré, financiada pelo convênio CVRD-FUNAI. Os Canela demonstravam um notável comprometimento com esse empreendimento, impulsionado, em parte, pelos produtos distribuídos por meio do Convênio. Durante esse período, ocorreu na área da Aldeia Escalvado uma distribuição de alimentos (arroz, farinha, carne), ferramentas, sementes e outros itens adquiridos com os recursos desse Convênio, os quais funcionavam como uma espécie de "adiantamento" aos Canela pelo trabalho na implementação da "roça comunitária". Nada indicava uma condição de privação, seja ela alimentar, econômica ou simbólica.⁴²

⁴² As informações sobre a produção da Roça comunitária com o auxílio do convênio também é apresentada por Oliveira (2006) na sua pesquisa *Messianismo Canela: Entre o indigenismo de Estado e as estratégias do desenvolvimento*.

O relatório emitido pelo Centro de Trabalho Indigenista em 1988⁴³ destaca que, no período compreendido entre 1982 e 1986, cerca de 60% dos recursos disponíveis foram empregados. Consequentemente às pressões sistemáticas exercidas pelos antropólogos consultores em suas recomendações à CVRD/FUNAI, cerca de 10,5% desses recursos foram destinados à regularização fundiária das áreas afetadas. Entretanto, essa porcentagem ainda se mostrou muito abaixo das necessidades indicadas nas recomendações apresentadas. Em contrapartida, quantias substanciais foram gastas em aquisições de equipamentos sem utilidade prática, construções sem propósito definido e contratação de funcionários, muitos dos quais desnecessários ou incapazes de manter continuidade em suas atribuições. Isso sem mencionar os gastos excessivos associados ao item de acompanhamento do programa, que inclui despesas com diárias e deslocamentos de funcionários da FUNAI.

O relatório também destaca que durante a vigência deste convênio, não se evidenciou por parte da administração tutelar e do governo brasileiro uma genuína intenção ou vontade política de efetivamente resolver as questões territoriais envolvendo grupos indígenas. Nem mesmo a pressão significativa exercida pelo Banco Mundial, nem a abundância de recursos direcionados às áreas indígenas abrangidas pelo convênio, foram capazes de assegurar a esses grupos um território adequado, condizente com seus interesses e necessidades.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, os Memortumré iniciaram um movimento em busca de alternativas para apoiar suas atividades de auto-sustentação, fora da assistência da FUNAI. A redução do papel assistencial desempenhado pelo órgão tutelar, a partir de 1985, durante o processo de "redemocratização" nacional, foi associada ao fortalecimento de forças políticas conservadoras, que suplantaram a política indigenista oficial. Esse fenômeno resultou em retrocessos significativos nas iniciativas destinadas aos povos indígenas, mesmo quando comparadas aos últimos anos do regime militar. Nesse contexto desafiador, os Memortumré sentiram a necessidade de buscar autonomia e desenvolver estratégias próprias para preservar seus interesses e promover o bem-estar do seu povo diante das transformações políticas e sociais ocorridas no país.

Dentre as opções exploradas, Oliveira (2006) destaca um projeto de "apoio", auto-concebido como iniciativa de "ajuda humanitária", foi conduzido por pesquisadores alemães entre os anos de 1988 e 1994. Em seu auge, envolveu diretamente cerca de vinte

⁴³ Relatório produzido e apresentado no Encontro de Trabalho sobre os Grandes Projetos de Desenvolvimento no Paraguai, em 1991.

Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/T2D00008.pdf>

indígenas Canela, atuando como "trabalhadores do projeto" e "auxiliares de pesquisa", além de aproximadamente dez colaboradores "não indígenas" e pesquisadores de diversas especialidades científicas. Ao longo de sete a oito anos, essa iniciativa dedicou-se a realizar trabalhos aplicados em colaboração com os Canela.

Associado ao declínio da política indigenista, que motivou os Canela Memortumré a explorarem outras opções para sua auto-sustentação sem depender da FUNAI, Satú recorda o decréscimo do papel assistencial desempenhado pelo órgão tutelar. Ele estabelece uma comparação com a trajetória que a FUNAI tem seguido nos últimos anos:

(...) Durante a Ditadura, não passei necessariamente por um tempo ruim. Eu entrei para o quartel da Aeronáutica, passei 2 anos e 6 meses que era o período que me convocavam, e naquela época não era assim, não era um tempo tão ruim como estamos vivendo hoje. A FUNAI era excelente naquela época, tratava índio bem, tinha lugar para dormir, não tinha sacrifício como tá tendo agora. Agora não, se índio quer viajar para algum lugar, ele tem que arrumar o dinheiro para viajar, dinheiro para dormir, tudo. (...) Não quero dizer que a Ditadura foi boa, quando fiz 18 anos, me alistei na Aeronáutica, consegui passar e ingressei, fiquei por lá 2 anos e viajei muito, muita coisa ruim eu assisti, mas coronel dizia “olha, você não viu nada! não viu nada, índio.” Eles não me tratavam como soldado lá não, me tratavam como mehin, como índio mesmo. O ponto bom da vida na Ditadura Militar era que o militar dizia “olha, eu quero isso, isso e isso” e você tem que cumprir, então não tinha ladrão, nada de errado. (...) Na minha idade... eu tenho 73 anos, minha vida está acabando, fico pensando para onde vai o futuro da minha geração... meus netos... os filhos dos meus netos... está tudo muito ruim tanto para os índios, como para a classe pobre, a raça negra, ribeirinho, quebrador de coco. A senhora está vendo o que tá acontecendo, na verdade, acho que a senhora sabe até mais do que eu. O presidente Lula precisa colocar as coisas em ordem porque querem tomar até o que a gente não tem, ele precisa dizer: “não, isso não pode acontecer aqui não, desse povo nós já tomamos tudo o que eles tinham, o que índio tem na vida? Nada! Não tem nem lugar pra onde morrer, cair morto. Nós tomamos tudo o que eles tinham, madeira, terra e ouro”. Então eu tenho muito medo mesmo, como é que vai ficar a vida da nossa gente se o tempo continua com o branco querendo fazer a lei da forma que ele quer? Então o único jeito que tem é apelar para os países ricos, pedir socorro. Como vamos pedir ajuda para uma FUNAI que um tempo atrás, a gente ligava a televisão e o que a gente via era gente que odeia índio tomando de conta dela? Hoje pode estar melhorando, como um tempo atrás já foi boa, mas e amanhã? quem me garante que não vai piorar de novo? (Satú Canela, 2023)

A associação dos primeiros anos da FUNAI com o governo da Ditadura não é uma percepção unânime entre todos os entrevistados. No entanto, há consenso de que esses primeiros anos inicialmente proporcionaram benefícios significativos na vida e no cotidiano dos Canela Memortumré. Essa trajetória, contudo, perdeu vigor ao longo do tempo, especialmente com as mudanças de governo que introduziram perspectivas neoliberais, relegando a importância do fortalecimento da política indigenista para um segundo plano. É crucial observar que a experiência positiva vivenciada pelos Memortumré nos primeiros anos da FUNAI não é representativa das experiências de outros povos indígenas. Como discutido nos capítulos anteriores, a atuação da FUNAI variou de acordo com os interesses do Estado

em cada região. Além disso, o impacto do Convênio CVRD-FUNAI também se manifestou de maneira distinta para cada um dos povos abrangidos pelas áreas de impacto direto e indireto do PGC e do PFC.

A análise deste capítulo destaca de maneira clara que a expansão do agronegócio depois da década de 80 desencadeou mudanças substanciais na região, promovendo uma reconfiguração no cenário socioambiental. O movimento messiânico de 1984 surge como uma expressão das expectativas internas dos Canela diante dos efeitos decorrentes do Convênio CVRD-FUNAI, destacando a importância de incorporar as percepções internas como um elemento crucial na avaliação dos resultados.

A interconexão entre o desenvolvimento econômico, representado pelo avanço do agronegócio, e as dinâmicas socioculturais das aldeias indígenas ressalta a complexidade das transformações ocorridas na região. Considerar as aspirações e preocupações internas dos Canela é fundamental para uma compreensão abrangente dos impactos desses processos de desenvolvimento. A reflexão sobre o movimento messiânico não apenas destaca as expectativas do grupo, mas também ressalta a necessidade contínua de uma abordagem sensível e participativa na implementação de políticas que afetam diretamente as aldeias indígenas.

CONCLUSÃO

A presente monografia se propôs a analisar as experiências da etnia Canela Memortumré sobre a atuação do SPI e da FUNAI no Estado do Maranhão durante o período da ditadura militar. A pesquisa fundamentou-se nas experiências e perspectivas de três indivíduos notáveis dentro desse grupo étnico, nomeadamente Francisquinho, Mirandinho e Satú Canela, cujos relatos foram cuidadosamente coletados no decorrer deste estudo. As narrativas desses informantes foram meticulosamente entrelaçadas com a bibliografia existente sobre o tema, a qual, em linhas gerais, se revela limitada e oferece uma cobertura parcial do período em questão.

Desse modo, é plausível identificar que a análise das vivências dos Canela durante o período da Ditadura Militar desvelou aspectos cruciais na dinâmica das relações entre os povos indígenas e as políticas governamentais. Ao examinarmos dois eventos específicos, a saber, o movimento messiânico de 1963 e a implementação dos benefícios decorrentes do convênio entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a FUNAI, constatamos que, embora a localização central no Maranhão tenha conferido uma dinâmica singular aos episódios de violência enfrentados pelos Canela em comparação com outros grupos, não se pode subestimar o impacto profundo do desinteresse governamental em relação às políticas indigenistas.

O movimento messiânico de 1963 entre os Canela pode ser interpretado como uma manifestação da busca por uma transformação radical em suas existências. O desencanto com a assistência do SPI e o anseio por uma identidade cultural revitalizada foram moldados não apenas pelas dinâmicas econômicas vigentes, marcadas pelo avanço da fronteira agrícola e exploração de recursos naturais na região do centro-sul do Maranhão, mas também pela interação e a postura que órgão indigenista havia tomado nos últimos tempos. O aprofundamento do mito de Aukhê pelos Canela sinaliza a aspiração de renunciar integralmente ao modo de vida indígena em favor de uma integração mais profunda com elementos considerados "civilizados". Esse movimento revela-se como um marco significativo na trajetória cultural dos Canela, refletindo suas respostas adaptativas às complexas dinâmicas ambientais e sociopolíticas da época.

Diante da atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) durante os momentos de conflitos associados ao movimento messiânico e aos ataques perpetrados por fazendeiros, torna-se evidente que, ao contrário de muitos postos indígenas compostos por profissionais desprovidos de preparo e desinteressados nas questões indígenas, o posto indígena Uirá

contava com indivíduos dedicados à situação dos indígenas da região. No entanto, é importante salientar que esses profissionais enfrentavam limitações significativas, pois careciam dos recursos e do respaldo necessários por parte do órgão tutelar para prevenir acontecimentos que se mostravam iminentes. A falta de suporte institucional comprometeu a efetividade das ações preventivas, evidenciando a vulnerabilidade dos indígenas diante da ausência de medidas adequadas por parte do SPI.

Na década de 70, foi observado o fortalecimento do controle exercido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), alinhando-se de maneira mais vinculada à orientação política ditada pela Ditadura Militar. A militarização da abordagem em relação às questões indígenas, bem como a subordinação às políticas de desenvolvimento, introduziram uma nova dinâmica no cotidiano dos indígenas Canela. A análise desse período propiciou uma compreensão acerca de como os projetos desenvolvimentistas, em colaboração com a FUNAI, moldaram as condições de vida desses indígenas. Além disso, evidenciou-se de que maneira os desdobramentos resultantes do movimento messiânico influenciaram na implementação de mudanças positivas orquestradas pelo órgão indigenista, tais como a demarcação de suas terras e melhorias no posto indígena. Este cenário destaca as complexas interações entre as políticas governamentais e as aldeias indígenas, delineando um contexto no qual os eventos históricos moldaram significativamente a trajetória desses povos.

Dessa forma, os episódios messiânicos que deixaram sua marca na história dos Canela em 1963 e 1984 estabelecem uma intrincada interligação com as transformações econômicas na região do centro-sul do Maranhão ao longo das últimas cinco décadas. Esses eventos também evidenciam uma estreita conexão com a dinâmica do campo indigenista regional, cujas origens remontam às políticas e iniciativas implementadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) durante os anos 50 e no início da década de 60, assim como pelas ações subsequentes promovidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O delineamento desses movimentos messiânicos, portanto, não pode ser desvinculado das mudanças sociais, econômicas e das intervenções institucionais que moldaram o cenário indígena nessa região ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, J. P. F. de. Waimiri Atroari: a história que ainda não foi contada. Brasília, DF: [s.n.], 1982.
- CAZAUBON, Carmem de Sena. Povos Indígenas na Ditadura Militar: Relatos de Experiências Kaingang no Rio Grande do Sul. UFRGS, Porto Alegre, 2019.
- CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO INDIGENISTA (CEDI). Povos indígenas no Brasil 85/86. São Paulo: 1987.
- CNBB, Y Juca Pirama. O Índio: Aquele que deve morrer. Conselho Indigenista Missionário. Brasília: 1973.
- CORREIA, João Gabriel Silveira. A ordem a se preservar: a gestão dos índios e o reformatório agrícola indígena Krenak. Rio de Janeiro, UFRJ, 2000.
- CROCKER, William H. Canela (Central Brazil). In: WILBERT, Johannes (Org.). Encyclopedia of World Cultures. v.7. New York : G. K. Hall & Co., 1994, p.94-98.
- CROCKER, William H. The non-adaptation of a savanna indian tribe (Canela, Brazil) to forced forest relocation : an analysis of ecological factors. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS BRASILEIROS (1o.: 1971). Anais. v.1. São Paulo : Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. p. 213-81.
- CROCKER, William H. “O Movimento Messiânico dos Canelas: uma Introdução”, in Egon Schaden (org.). Leituras de Etnologia Brasileira. São Paulo, Nacional, 1976, pp. 515-27, publicado originalmente em inglês nas Atas do Simpósio sobre Biota Amazônica, vol. 2 (Antropologia), Rio de Janeiro, CNPq, 1967, pp. 69-83.
- BRASIL. 1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade. Comitê da Verdade do Amazonas. O genocídio do povo Waimiri-Atroari. RCEV 2012. Disponível em http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/r_cv_am_waimiri_atroari.pdf>
- CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. Relatório Figueiredo: genocídio brasileiro. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.
- DAVIS, Shelton H. Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- FREITAS, Rodrigo Bastos de. Direitos Dos índios e Constituição: Os Princípios Da Autonomia E Da Tutela-proteção. UFBA, Salvador, 2007.
- Fazendeiros matam índios para roubar-lhes a terra. Jornal do Commercio, v. 156, p. 5, 6 dez. 1964.

HENKES, Jairo Afonso Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável : livro didático / Jairo Afonso Henkes ; design instrucional Eliete de Oliveira Costa. – Palhoça : UnisulVirtual, 2014.

LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. P 70. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1)

MARSEN, A. M. A Amazônia e nós. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. (Coleção Gen. Benício, v. 94, n. 419).

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

OLIVEIRA, Adalberto L. R. de. Messianismo Canela: entre o Indigenismo de Estado e as Estratégias do Desenvolvimento. São Luís, EDUFMA-FAPEMA, 2006.

OLIVEIRA, Adalberto L. R. de. Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, Processos de Desenvolvimento e Conflitos Territoriais no Cerrado Maranhense. Anais do 41o. Encontro Anual da ANPOCS , v. 01, p. 01, 2017

PORANTIM. “Os maus espíritos no Palácio das Nações”. In: Porantim Brasília, Ano IV, nº 33, p. 9, out. 1981.

REIS, A. J. Carajás e estrada desestruturam os Krikati. Porantim, v. 82, p. 7, dez. 1985.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VARGA, István van Deursen. A insustentável leveza do estado: devastação, genocídio, doenças e miséria nas fronteiras contemporâneas da Amazônia, no Maranhão. In Acta Amazonica, vol. 38(1) 2008: 85 – 100.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O Nascimento do Brasil e Outros Ensaio: “Pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. 1. ed. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2016.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do estudo intitulado “POVOS INDÍGENAS E DITADURA MILITAR NO MARANHÃO: RELATOS DE EXPERIÊNCIA CANELA MEMORTUMRÉ SOBRE A ATUAÇÃO DO SPI E FUNAI”, que será realizada na Terra Indígena Kanela/Memortumré, Aldeia Escalvado, cujo pesquisador responsável é a Srta Giovanna Silva Nascimento, graduanda do curso de história da UEMA.

O estudo se destina a analisar, através dos depoimentos, as percepções, experiências e memórias coletivas desse grupo etnico Canela em relação aos eventos históricos ocorridos durante o período da ditadura militar, no intuito de ampliar o conhecimento sobre suas perspectivas e narrativas. A pesquisa também visa investigar a atuação do SPI e da Funai em dois momentos específicos: durante as consequências do movimento messiânico de 1963 e a chegada do Projeto Grande Carajás no Maranhão.

A importância deste estudo é investigar como os órgãos administrativos atuaram nas terras indígenas dos Canela Memortumré durante a ditadura. Visto que compreender tais informações é de suma importância para a análise dos impactos causados na história dessa etnia, representando um passo fundamental para o reconhecimento dos crimes cometidos pelos agentes estatais.

A participação de pesquisadores de fora da Aldeia podem oferecer risco de transmissão de doenças virais aos indivíduos envolvidos, como medida para minimizar os riscos, os pesquisadores irão seguir as normas exigidas pela FUNAI, apresentando a carteira de vacina atualizada, teste de covid e o atestado médico comprovando não possuir nenhuma doença infectocontagiosa.

O participante irá contribuir de forma voluntária participando de entrevistas que visam abordar os principais aspectos da vivência dos Canela durante a ditadura militar, incluindo questões relacionadas a mudanças socioeconômicas, políticas de terra, violência, deslocamentos, e impacto cultural.

Como benefício de participação, almejamos que os relatos dos participantes sejam devidamente reconhecidos e valorizados, contribuindo para uma construção de memória mais abrangente e precisa desse importante período histórico. Compreender e valorizar as

experiências dos Canela durante a ditadura militar é um passo fundamental para a justiça histórica e para a promoção da inclusão e do respeito aos povos originários.

Em caso de dúvidas, cada etapa do estudo será esclarecida ao participante.

A qualquer momento, o participante poderá se recusar a continuar participando do estudo e o mesmo poderá retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

Caso o participante não queira se identificar, as informações conseguidas através da sua participação não permitirão a sua identificação, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto ou em publicações de artigos ou eventos científicos;

Finalmente, tendo o(a) participante compreendido perfeitamente tudo o que lhe foi informado sobre a sua participação no mencionado estudo e, estando consciente dos seus direitos, das suas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a sua participação implica, o(a) mesmo(a) concorda em dela participar e, para tanto eu DÁ O SEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO O(A) MESMO TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Nome:

Telefone:

Endereço eletrônico do(a) Pesquisador(a) Responsável:

Instituição:

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas, dirija-se ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pertencente ao Centro de Estudos Superiores de Caxias. Rua Quininha Pires, nº 746, Centro. Anexo Saúde. Caxias-MA. Telefone: (99) 3521-3938.

Local-Estado, _____ de _____ de _____

Assinatura ou impressão datiloscópica do(a) Participante da pesquisa

GIOVANNA SILVA NASCIMENTO

Dra. MARCIA MILENA GALDEZ FERREIRA